



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL:  
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA**

**BRUNEMBERG DA SILVA SOARES**

**“TERRA DE XUKURU”:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEGADO SÓCIO-HISTÓRICO DO ESCRITOR LUIZ  
DE BARROS TORRES PARA PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL (1968-1992)**

**CAMPINA GRANDE  
2022**

BRUNEMBERG DA SILVA SOARES

**“TERRA DE XUKURU”:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEGADO SÓCIO-HISTÓRICO DO ESCRITOR LUIZ  
DE BARROS TORRES PARA PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL (1968-1992)**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História Local.

**Linha de pesquisa:** Estudo das Populações Nativas

**Orientador:** Prof. Me. Glauber Paiva da Silva

**CAMPINA GRANDE  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S676t Soares, Brunemberg da Silva.  
"Terra de Xukuru" [manuscrito] : considerações sobre o legado sócio-histórico do escritor Luiz de Barros Torres para Palmeira dos Índios/AL (1968-1992) / Brunemberg da Silva Soares. - 2022.

42 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2022.

"Orientação : Prof. Me. Glauber Paiva da Silva, UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco."

1. Identidade palmeirense. 2. Representação indígena. 3. Historiografia. I. Título

21. ed. CDD 902.7

BRUNEMBERG DA SILVA SOARES

**“TERRA DE XUKURU”:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEGADO SÓCIO-HISTÓRICO DO ESCRITOR LUIZ  
DE BARROS TORRES PARA PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL (1968-1992)**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Estudos de História Local: Sociedade, Educação e Cultura, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em História Local.

**Linha de pesquisa:** Estudo das Populações Nativas

Aprovado em: 20/10/2022

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Me. Glauber Paiva da Silva (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Me. Adauto Santos da Rocha  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)



---

Profa. Me. Geilza da Silva Santos  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de dedicar este espaço para agradecer a todos e todas que contribuíram de forma direta ou indireta para a conclusão do curso de Especialização Estudos de História Local, bem como para a realização dessa pesquisa e escrita desse texto. Correndo o risco de esquecer algum nome, me aventuro na empreitada de exercitar a gratidão de forma mais pormenorizada, citando pessoas, grupos e instituições aos quais devo muito.

Sou grato por fazer parte do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), espaço fundamental para minha formação; agradeço aos colegas pelos momentos de debate e compartilhamento de pesquisas e experiências, atividade essencial para a tecitura desse texto, cuja análise reflexiva se ancorou, principalmente, em documentações sob a guarda do referido grupo. Agradeço em especial ao professor José Adelson Lopes Peixoto, coordenador do grupo, amigo querido e profissional admirado, as conquistas que tenho alcançado se fundamentam nos pilares que você ajudou a construir.

À Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e ao Núcleo de Extensão em História Local, pela oferta de um curso de especialização de qualidade e de forma gratuita e remota, ampliando possibilidades de formação para estudantes de outros estados, bem como o diálogo com pesquisadores de diferentes regiões. Sou imensamente grato aos colegas de curso e aos professores e professoras que lecionaram as disciplinas do referido curso, agradeço pelos estudos, leituras e debates tão profícuos e contributivos para o amadurecimento da pesquisa.

Agradeço de forma especial ao professor Glauber Paiva da Silva, pelo saudável, comprometido e tão contributivo trabalho de orientação, essa pesquisa é fruto dessa exemplar atuação profissional. E à professora Geilza da Silva Santos, pelos valorosos ensinamentos ao longo do curso, bem como pelo aceite em participar da banca de defesa desse trabalho. Agradeço imensamente pelos comentários, críticas e sugestões apontadas.

Ao pesquisador Aduino Santos da Rocha, um grande e querido amigo, destacado historiador e exemplo de profissional a ser seguido. Agradeço pelo aceite em compor a banca de avaliação, pela leitura atenta, críticas acertadas e construtivas, bem como pelas sugestões e direcionamentos apontados, os quais contribuíram fundamentalmente para o amadurecimento do texto.

À minha companheira, Ana Cláudia Oliveira, pelo incentivo, ajuda e apoio constante, desde o momento da seleção para ingresso no curso. Agradeço pelas leituras atentas e sugestões apontadas em trabalhos de disciplinas, bem como pelas inúmeras ajudas ao longo da empreitada. Seu companheirismo e comprometimento foram fundamentais para a conclusão dessa etapa tão importante. Obrigado por tudo.

Agradeço imensamente ao povo Xukuru-Kariri habitante em Palmeira dos Índios, pela inspiração para esta pesquisa e por ser um grande exemplo de resistência e de protagonismo frente às adversidades, desafios e injustiças. Por fim, agradeço ao leitor que se dispôs a ler este texto, que ele possa contribuir para uma reflexão crítica sobre as formas de escritas do passado e o lugar que foi, ou não, reservado para os povos indígenas em tais narrativas.

## SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	6
2	ENTRE O FAZER HISTÓRICO E O TRABALHO MEMORIALÍSTICO: A CONTRIBUIÇÃO DE LUIZ TORRES PARA A HISTORIOGRAFIA PALMEIRENSE .....	8
2.1	Palmeira dos Índios, “Terra de Xucurus”? Situando o <i>locus</i> da pesquisa.....	8
2.2	Memorialista Luiz de Barros Torres e a historiografia palmeirense .....	12
3	REPRESENTAÇÕES DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS: IDENTIDADE COLETIVA E ORIGEM INDÍGENA.....	15
3.1	A construção de uma cidade por meio de símbolos .....	15
3.2	e representações na “taba Xucuru” .....	22
4.	CONSIDERAÇÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DO PASSADO XUKURU-KARIRI NA PRODUÇÃO DE LUIZ B. TORRES.....	27
4.1	Reflexões sobre a construção narrativa do passado palmeirense .....	27
4.2	Desconstruindo estereótipos e repensando representações .....	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA .....	35
	REFERÊNCIAS .....	36

**“TERRA DE XUKURU”:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEGADO SÓCIO-HISTÓRICO DO ESCRITOR LUIZ  
DE BARROS TORRES PARA PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL (1968-1992)**

Brunemberg da Silva Soares\*

**RESUMO**

Neste artigo analisamos produções, escritos e projetos realizados pelo memorialista Luiz de Barros Torres, refletindo acerca das suas atuações de pesquisas sobre Palmeira dos Índios/AL, destacando seus esforços para criação de uma narrativa historiográfica para a localidade, bem como as projeções e influências que tais produções alcançaram, principalmente nas referências sobre o povo indígena Xukuru-Kariri, habitante em 10 aldeias e nas periferias desse município. Nesse sentido, refletimos sobre as formas como os citados indígenas foram representados na literatura sobre o município de Palmeira dos Índios, diante de uma construção escrita, discursiva e imagética que influenciou as memórias dos palmeirenses, criando imagens distorcidas que resultaram em indígenas exóticos, romantizados e convertidos em símbolo da história e identidade local. Buscando realizar diálogos com estudos que se debruçaram sobre a história local, pesquisas sobre a presença indígena na história, bem como com a historiografia relacionada aos conceitos, métodos e perspectivas adotadas nesse estudo, tomamos como base publicações do estudioso sobre a história palmeirense, as quais relacionamos às reflexões possibilitadas pela pesquisa documental realizada no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Diante das problematizações propostas, afirmamos que a criação de variadas formas de representação sobre os indígenas resultou do objetivo, expresso pelo citado memorialista, de criar uma “identidade histórica” para o município de Palmeira dos Índios, alicerçada em supostas “heranças” indígenas, embora desconectadas da realidade. Consequentemente, essa narrativa foi oficializada pelo poder público e apropriada por membros da oligarquia local, que a utilizaram para justificar e fundamentar seus interesses econômicos e, em contextos de disputa territorial, alimentar estereótipos, de modo a enfraquecer mobilizações indígenas Xukuru-Kariri.

**Palavras-chave:** Identidade palmeirense. Representação indígena. “Princesa do Sertão”.

---

\*Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III, em Palmeira dos Índios. Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pesquisador membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL). Discente no curso de Especialização *Lato Sensu* em Estudos de História Local - Sociedade, Educação e Cultura (PGHL) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor efetivo na Rede Municipal de Educação de Palmeira dos Índios. E-mail: brunemberg@gmail.com

## ABSTRACT

In this article we analyze productions, writings and projects carried out by the memorialist Luiz de Barros Torres, reflecting on his research performances on Palmeira dos Índios/AL, highlighting his efforts to create a historiographical narrative for the locality, as well as the projections and influences that such productions achieved, especially in the references about the Xukuru-Kariri indigenous people, inhabitant in 10 villages and on the outskirts of this municipality. In this sense, we reflect on the ways in which the aforementioned indians were represented in the literature about the municipality of Palmeira dos Índios, in front of a written, discursive and imagery construction that influenced the memories of palmeirenses, creating distorted images that resulted in exotic indigenous, romanticized and converted into a symbol of local history and identity. Seeking to conduct dialogues with studies that focused on local history, research on the indigenous presence in history, as well as historiography related to the concepts, methods and perspectives adopted in this study, we take as a basis the scholar's publications on palmeirenses history, which we relate to the reflections made possible by the documentary research carried out in the collection of the Research Group on Indigenous History of Alagoas (GALPHI). In view of the proposed problematizations, we affirm that the creation of various forms of representation on indigenous peoples resulted from the objective, expressed by the aforementioned memorialist, of creating a "historical identity" for the municipality of Palmeira dos Índios, based on supposed indigenous "inheritances" although disconnected from reality. As a result, this narrative was made official by the public power and appropriated by members of the local oligarchy, who used it to justify and base their economic interests and, in contexts of territorial dispute, to feed stereotypes, in order to weaken Xukuru-Kariri indigenous mobilizations.

**Keywords:** Palmeirenses identity. Indigenous representation. "Princess of the Backend".



## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Partindo da premissa de que a pesquisa histórica é o trabalho de responder empírica e teoricamente, com base em um método, as perguntas formuladas a partir de inquietações e hipóteses surgidas no presente (RUSEN, 2007), destacamos que nosso objetivo com esse estudo é entender qual a contribuição dos textos e projetos do escritor/memorialista Luiz de Barros Torres para a história e memória de Palmeira dos Índios, município situado no Agreste de Alagoas. Nossa problemática de estudo, portanto, consiste em compreender qual o legado sócio-histórico do citado autor, tendo como base estudos sistemáticos sobre sua vida e obra, considerando os contextos de produção, grupos e círculos sociais pelos quais transitou, bem como as possíveis intencionalidades que moveram tais produções.

Para tanto, nos fundamentaremos na definição de “método histórico” proposta por Jorn Rusen (2007), segundo o qual as operações processuais da pesquisa e produção historiográfica trilham um caminho que perpassa pela elaboração dos questionamentos (heurística), seguido pela realização da crítica, questionamento das fontes, e finalizado com a interpretação. Operação efetiva da pesquisa, fruto da sintetização a partir do questionamento dos vestígios do passado, tendo como base as perguntas propostas e as análises possíveis a partir do método aplicado. Nesse sentido, buscamos lançar questionamentos às fontes documentais produzidas por Torres, a fim problematizar as possíveis respostas, tendo como base o método, a teoria historiográfica e o cruzamento de informações resultantes de pesquisas bibliográficas, de modo a possibilitar a interpretação e consequente produção escrita/análítica.

Ancoramos nosso estudo em uma perspectiva que busca reconhecer a coleção documental reunida/produzida por Luiz Torres, bem como seus escritos e polifonias, como materiais históricos indispensáveis para estudos sobre o município e, primordialmente, acerca dos processos históricos envolvendo o povo indígena Xukuru-Kariri, cujo longo processo de habitação na localidade está enraizado em momentos precedentes à construção cidadã, sendo, portanto, incorporados nas narrativas memorialistas sobre a história palmeirense. Nesse caso, tencionamos produzir um trabalho que discuta de forma crítica a documentação reunida, bem como suas produções e influências, percebidos como obras permeadas de posicionamentos sociopolíticos e de intencionalidades discursivas.

O estudo tem como recorte temporal o período compreendido entre 1968 e 1992, marcos emblemáticos para a discussão proposta. A primeira data corresponde ao ano em que foi assinada a Lei Municipal nº 691/1968 que instituiu o hino e os símbolos cívicos oficiais do município de Palmeira dos Índios, de autoria de Luiz B. Torres. Uma lei que possibilitou o reconhecimento oficial e a institucionalização da narrativa do autor sobre a origem e história palmeirense. A segunda, ao ano do falecimento de Torres, tomado como marco simbólico de delimitação de nossa análise sobre suas produções e legado. No entanto, essa delimitação foi flexibilizada em determinados pontos do texto, diante da necessidade de aprofundar reflexões, notadamente em problematizações sobre as influências da obra de Torres em análises, estudos e discursos sobre a história palmeirense e a presença indígena na localidade; principalmente nas primeiras décadas do século XXI.

As fontes analisadas durante a pesquisa fazem parte do acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), sediado no Campus III da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), em Palmeira dos Índios. Os documentos foram originalmente pertencentes ao acervo pessoal do memorialista Luiz de Barros Torres, consistindo em um banco de dados reunido e organizado ao longo de anos de trabalho de localização, transcrições e arquivamento de fontes diversas sobre a história local (PEIXOTO; RODRIGUES, 2019). Nesse acervo, analisamos textos diversos de autoria de Luiz Torres, a exemplo de matérias de jornais, livros e documentos avulsos; fotografias, escritos de memorialistas palmeirenses

sobre o cotidiano da cidade e presença indígena na região e escritos diversos (publicados e inéditos).

Nesse sentido, destacamos a atuação de Luiz de Barros Torres em sua empreitada para a organização e tecitura de uma narrativa histórica sobre Palmeira dos Índios que destacasse a presença indígena, sendo um dos pioneiros nas pesquisas e escrita da história palmeirense, o autor conseguiu transitar entre diferentes esferas sociais, mantendo uma sólida relação de proximidade com indígenas Xukuru-Kariri e com as elites econômicas e as oligarquias políticas municipais, a qual resultou na confecção de uma narrativa histórica para o município, alicerçada na “herança indígena” e oficializada pelo poder público local.

Para a realização das análises pretendidas com a pesquisa, nos ancoramos nas noções de apropriação e representação, a partir dos estudos realizados por Roger Chartier. Segundo o qual estes atos são sempre resultantes de motivações e necessidades sociais determinadas pelos interesses dos grupos que as produzem (CHARTIER, 1990). Dessa forma, pensar sobre as práticas sociais e embates de representações foi fundamental para refletirmos sobre os aspectos e motivações que sustentam a utilização de imagens e símbolos referentes ao povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. Para um melhor desenvolvimento analítico e compreensão do nosso estudo, dividimos este texto em três partes.

Na primeira seção, realizaremos estudos sobre as relações entre o escritor Luiz de Barros Torres e o município de Palmeira dos Índios, identificando elementos que resultaram no desejo expresso pelo romancista em pesquisar e produzir narrativas históricas sobre a localidade. Para tanto, partimos de uma historicização de Palmeira dos Índios, elencamos aspectos sociais e econômicos relevantes para nosso estudo, seguida de uma breve biografia de Luiz de Barros Torres, exercício que nos permitiu identificar suas origens, posições sociais e espaços pelos quais transitou. A partir dessa delimitação, evidenciamos alguns exemplos de produções, obras e atividades realizadas pelo autor sobre a história e identidade palmeirense, buscando perceber, igualmente, nuances de suas intencionalidades e objetivos narrativos.

Na segunda seção, aprofundamos as reflexões propostas sobre os discursos e imagens relacionadas aos indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. Para tanto, partimos de uma discussão sobre a gênese de tais imagens/representações e as dimensões que alcançaram na sociedade palmeirense, colocando em perspectiva histórica e problematizando o contexto de criação das narrativas discursivas e simbólicas que passaram a compor o que podemos chamar de História Oficial do município; procuramos evidenciar a dialética estabelecida entre os discursos e intencionalidades do processo de produção de uma identidade histórica e pretensamente coletiva para o município.

Na última parte do texto, objetivamos aprofundar nossas reflexões sobre as produções do memorialista Luiz de Barros Torres, concebendo os escritos de Torres e sua apropriação e oficialização como historiografia oficial quanto elementos de uma narrativa possível para seu tempo, porém problemática do ponto de vista atual. Uma tarefa que julgamos fundamental, tendo em vista as demandas e mobilização do povo Xukuru-Kariri na atualidade, as quais não devem ser desconsideradas nas novas abordagens, análises e narrativas sobre o passado palmeirense, tendo em vista que o passado também é um campo em disputas e silenciamentos.

Para tanto, partimos do pressuposto de que a História não detém o monopólio da narrativa sobre o passado humano, se configurando apenas como uma dentre diferentes modalidades e formas de relação que mantemos com o passado. Desse modo, almejamos contribuir para a desconstrução de estereótipos e imagens romantizadas acerca da identidade dos indígenas presentes nas narrativas históricas sobre o município. Questionando estas representações, procurando e demonstrar que a identidade indígena não pode ser “definida” por critérios raciais ou fenotípicos, mas por aspectos socioculturais, políticos e religiosos (OLIVEIRA, 2016).

Nesse sentido, almejamos contribuir com as reflexões teóricas acerca das referências aos indígenas a partir de questionamentos e pressupostos teórico-metodológicos da “nova história indígena” (MONTEIRO, 1994,1995), os quais se afastam da ideia assimilacionista das populações nativas, destacando as resistências e protagonismos indígenas. Tencionamos, assim, contribuir para um “repensar” sobre a presença indígena nesse município, questionando as distorções e exclusões historiográficas que moldaram narrativas históricas e oficiais.

## **2 ENTRE O FAZER HISTÓRICO E O TRABALHO MEMORIALÍSTICO: A CONTRIBUIÇÃO DE LUIZ TORRES PARA A HISTORIOGRAFIA PALMEIRENSE**

### **2.1 Palmeira dos Índios, “Terra de Xucurus”? Situando o *locus* da pesquisa**

Palmeira dos Índios<sup>1</sup> é um município localizado no Semiárido alagoano, cuja história de origem é marcada por conflitos territoriais entre os povos Xukuru e Kariri, primeiros habitantes na região, e colonizadores que chegaram nessas terras em fins do século XVIII, ocupando as melhores áreas a partir da expulsão dos indígenas das planícies férteis onde, posteriormente, foi fundado o centro urbano municipal<sup>2</sup>. Como resultado desse processo, os primeiros habitantes do referido território foram forçados a fugir para outras áreas, se estabelecendo principalmente nas serras ao entorno da cidade (PEIXOTO, 2013).

O crescimento econômico vivenciado na primeira metade do século XX, período no qual Palmeira dos Índios se destacou como um dos principais centros comerciais do estado de Alagoas, com a produção de algodão e outros produtos relacionados à indústria têxtil, lhe rendeu o título de “Princesa do Sertão”<sup>3</sup>. Atualmente, o município tem como atividades econômicas principais o comércio, a prestação de serviços, a agricultura familiar e a agropecuária, estando a maior parte das terras produtivas concentrada por latifundiários membros de famílias ricas que se destacam na política e detêm boa parte do controle econômico local.

Sobre os primeiros habitantes locais, pesquisas demonstraram que indígenas dos povos citados migraram para essa região devido à expansão da ocupação portuguesa na faixa litorânea e nas regiões próximas ao Rio São Francisco (ANTUNES, 1973; PEIXOTO, 2013; MARTINS, 1994). O relato escrito mais antigo abordando essa situação aponta o ano de 1740 como a data da chegada dos povos Xukuru e Kariri à região que atualmente corresponde aos limites de Palmeira dos Índios. Segundo o Vigário José de Maia Mello, autor do texto<sup>4</sup>, no referido ano “dessero índios da Aldeia de Simbres do alto Sertão de Pernambuco, e se aldearam na Serra da Palmeira, e vinherão outros (índios) d’Aldeia do Colégio do Rio S. Francisco [...]. Estes da Tribu Chucurú, e aqueles da Tribu Cariry” (MAIA *apud* ANTUNES, 1973, p. 45).

<sup>1</sup> Situado a cerca de 134 km da cidade de Maceió, capital do estado, com uma área de 462,5 km<sup>2</sup>, limita-se com o estado de Pernambuco ao Norte e com a região do Sertão alagoano a Oeste. Com um clima tropical quente, sua paisagem é composta por serras e por uma vegetação exuberante em períodos de chuvas, predominantes entre os meses de maio e agosto, e seca em períodos de estiagem (IBGE, 2010).

<sup>2</sup> A sede municipal de Palmeira dos Índios na zona urbana, foi construída onde se localizava o aldeamento dos índios Xucuru e Kariri, no fim do século XVIII até meados do século XIX (ANTUNES, 1973; PEIXOTO, 2019; MARTINS, 1994). Desse modo, quando utilizarmos ao longo do texto o termo cidade, estaremos nos referindo à aglomeração urbana situada em terras do antigo aldeamento.

<sup>3</sup> O epíteto diz respeito também pelo município ser pensado como fronteira entre o “Agreste” e o “Sertão” alagoano. Motivo de orgulho local, essa denominação foi inclusive referenciada na bandeira do município, cujo brasão é coberto por uma coroa. Ver bandeira de Palmeira dos Índios (imagem 02).

<sup>4</sup> Documento intitulado História da Palmeira, escrito pelo Vigário José de Maia Mello – Pároco de Palmeira dos Índios de 1847 a 1899. O texto do religioso não possui datação; segundo a antropóloga Sígla Zambrotti Dória (2008), o religioso teria escrito o texto em 1879. Documento transcrito por Clóvis Antunes (1973).

Em termos da legislação colonial, as terras habitadas pelos Kariri e Xukuru eram parte da Sesmaria de Burgos, com limite de 30 léguas, concedidas pelo Governador Geral do Brasil ao Desembargador Cristóvão de Burgos, em 1661 (ANTUNES, 1973). Em 1712, o Coronel Manoel da Cruz Vilela adquiriu do Capitão Jerônimo de Burgos, sobrinho do falecido Cristóvão de Burgos, parte das terras da referida sesmaria<sup>5</sup>. Em 1773, Dona Maria Pereira Gonçalves (viúva do Coronel Manoel da Cruz Vilela) e seus herdeiros fizeram uma doação de meia légua de terras, antes inseridas na sesmaria de Burgos, ao religioso Frei Domingos de São José<sup>6</sup> para que este realizasse o trabalho de catequese dos indígenas habitantes naquelas terras. Segue um trecho do documento de doação<sup>7</sup>.

E pelos ditos doadores foi dito em minha presença e das testemunhas [...], que elles são doadores e possuidores de umas terras na Serra da Palmeira com seus brejos, que lhes pertence por título de Sesmaria como de tudo se declara e da mesma Sesmaria consta que em seu poder se acha, nas quaes ditas terras se acham em logar onde os índios povoarão e fizeram uma Capela e um brejo chamado Cafurna no mesmo logar, disseram elles doadores que de suas livres vontades fazião doação de meia legua de terras a frei Domingos de São José para dentro das ditas terras levantar uma Capella ao Senhor Bom Jesus da Boa Morte, como completo administrador, [...] sendo dita a meia legua de terras doada para patrimônio da mesma Capella que elle doado pretende erigir, fazendo pião do dito brejo chamado Cafurna.

O documento sugere que o religioso havia permanecido algum tempo entre os indígenas habitantes em parte das terras da sesmaria, antes de receber a doação de um lote, uma vez que o texto relata que estes haviam construído uma capela em um brejo chamado Cafurna. Essa informação será importante para entendermos parte das narrativas produzidas por Luiz Torres sobre as origens de Palmeira dos Índios, conforme veremos na segunda parte desse texto. Segundo Ivan Barros (1969), essa “igrejinha coberta de palha” foi construída em 1770, quando Frei Domingos estabeleceu os primeiros contatos com os indígenas na Serra da Palmeira. Conforme apontou o Vigário de Maia Mello:

Fr. Domingos aceitou a doação, aldeiou os índios, e com êles eregió a Igreja (hoje Matriz), colocou o Senhor Bom Jesus da Boa Morte, e deu o nome ao aldeamento, de Palmeira dos Índios, e a Serra da Palmeira porque aí existia, e ainda hoje existe um pequeno palmeiral; naquele tempo huma d’aquelas palmeiras elevava-se mais do que as outras, e por esta causa foi que os Índios Chucurús lhe derão o nome Serra da Palmeira. – Isto sei, por me haver dito a mameluca Izabel Maria da Conceição (mameluca que contava 85 anos) quando aqui cheguei em 7 de março do ano de 1847 (MELLO apud ANTUNES, 1973, p. 46).

O relato nos permite supor que o texto “História da Palmeira” foi escrito a partir de relatos orais de indígenas e de moradores da Vila de Palmeira. Apesar de não terem sido encontradas outras fontes que fundamentassem tal narrativa, a explicação sobre a escolha do nome da vila foi aceita por vários pesquisadores da história local. Após a construção da capela e início do processo de catequese, aos poucos, colonizadores e suas famílias passaram a habitar nas proximidades do aldeamento (PEIXOTO, 2013).

<sup>5</sup> Escritura de venda das terras da sesmaria, datada de 1712. Trecho citado conforme a grafia do documento original. Fonte: acervo do GPHIAL.

<sup>6</sup> Não encontramos documentos apresentando informações detalhadas sobre as origens desse religioso. Contudo, pesquisas recentes, fundamentadas em novas fontes, apontaram para a possibilidade de Frei Domingos de São José ter pertencido à Ordem dos Capuchinhos. Ver (FERREIRA, 2015).

<sup>7</sup> Escritura de doação de terras ao Frei Domingos de São José, datada de 1713. Documento disponível no Acervo do GPHIAL. Trecho citado conforme a grafia do documento original.

De acordo com análises do memorialista Luiz de Barros Torres, percebendo o crescimento do povoamento, o Frei Domingos resolveu mudar a igreja para um ponto de melhor acesso: “O local escolhido foi o sopé da serra (da Boa Vista), onde hoje se ergue a catedral” (TORRES, 1973, p. 64). Assim, a área mais baixa foi escolhida para a construção da Igreja Matriz, o padroeiro da capela do alto da serra, Bom Jesus da Boa Morte, foi substituído por Nossa Senhora do Amparo e o Padre João Morato Rosas foi nomeado para a direção da nova igreja. Segundo o pesquisador José Adelson Lopes Peixoto,

A criação da igreja e o estabelecimento do padre na região foram elementos propulsores para um considerável fluxo de pessoas no vale, entre elas alguns comerciantes e tropeiros que foram lentamente estabelecendo residência no entorno da capela, criando, desse modo um pequeno aglomerado populacional de não índios no sopé da serra enquanto que a parte mais alta do território era habitada pelo povo Xucuru-Kariri (PEIXOTO, 2013, p. 35).

Como destacado pelo autor, com o estabelecimento da Igreja Matriz no local mais baixo da área, mais colonos estabeleceram-se ao longo do vale e “a ferro e fogo, os sesmeiros, donos oficiais da terra, foram fragmentando-a, vendendo porções a terceiros” (TORRES, 1973, p. 68). Ao longo das primeiras décadas do século XIX, a ocupação de colonos avançou sobre o território indígena, resultando em expropriações e conflitos pela posse da terra (SOARES, 2020). Na segunda metade do século, no entanto, se agravou para os primeiros habitantes locais.

Em 1872, em decorrência das prerrogativas estabelecidas pela Lei de Terras de 1850<sup>8</sup>, os aldeamentos existentes na Província das Alagoas foram extintos e seus territórios considerados terras devolutas. Desse modo, foi estabelecido um silenciamento oficial sobre os indígenas habitantes na região, os quais não mais foram vistos como detentores de costumes e etnicidade próprias, mas como descendentes de índios, ora supostamente incorporados à sociedade envolvente. Nesse sentido, até meados do século XX os indígenas no Nordeste brasileiro, e desse modo, em Alagoas e em Palmeira dos Índios, foram silenciados, tratados como extintos (OLIVEIRA, 2016).

Diante desse suposto desaparecimento dos povos nativos, nas primeiras décadas do século XX, memorialistas e escritores regionais que realizavam estudos sobre suas regiões e municípios de habitação passaram a citar e a explorar a presença indígena no passado local. Movidos por uma concepção do índio enquanto antiga “raça formadora”, escreveram sobre os chamados caboclos descendentes dos primeiros habitantes em áreas de colonização antiga, descrevendo seus costumes exóticos que acreditavam estar “em vias de extinção”. Essa análise das “contribuições nativas” para o avanço colonial, principalmente a respeito da formação de povoações a partir das missões catequéticas (ALMEIDA, 2000), aparece sobretudo em estudos da formação social de cidades do interior do Nordeste (SILVA, 2010), realizados por cronistas e escritores regionais que pesquisaram e escrevem sobre a história de cidades onde habitavam.

Sobre a história de Palmeira dos Índios, em fins da primeira metade do século XX foram publicados os primeiros escritos, em formato de livro, sobre o passado local, citando a origem em um aldeamento e, dessa forma, referenciado os indígenas como primeiros habitantes das terras que atualmente abrigam a sede municipal. Esses estudos específicos

---

<sup>8</sup> Com a promulgação dessa Lei, o regime de doações de terras foi extinto no Brasil e a posse da terra passou a ser legitimada somente a partir de documentos de compra e venda, sendo as terras oriundas de doação, que não estivessem em uso justificado, consideradas devolutas. A transformação da terra em mercadoria foi um dos principais fatores que proporcionaram a transição das relações rurais do interior do país para o modo capitalista. Com essa mudança, abriu-se precedentes para que as terras de aldeamentos, onde os índios eram considerados como miscigenados, fossem extintas e seus habitantes convertidos em trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2016).

sobre a história palmeirense e os primeiros habitantes locais foram publicados por Luiz de Barros Torres, mais destacado memorialista local, e pelo advogado e memorialista Ivan Bezerra Barros<sup>9</sup>.

Conforme veremos, são textos que não apresentam análises historiográficas aprofundadas, porém, trazem dados históricos e transcrições de documentos que contribuem para estudos sobre a história do município. Nesses escritos, os autores relataram a história da cidade, descrevendo acontecimentos, destacando a atuação de determinados personagens e, conseqüentemente, abordando a temática indígena, principalmente Luiz Torres.

Partindo da concepção dos indígenas como personagens do passado colonial, presentes no processo histórico de desenvolvimento da nação, os citados autores os descreveram como povos vencidos pelos avanços das entradas e zonas de ocupação nos Sertões (POMPA, 2003). Como consequência, a partir desses relatos iniciais sobre a fixação de colonos na região, foram deixados de lado nas narrativas, o que corrobora com a ideia de que estes teriam sido “superados” pelo progresso iniciado com a chegada dos colonos, sendo convertidos ao catolicismo e submetidos ao julgo catequético e colonizador.

A visão dos indígenas como povos em transição para uma inevitável integração à sociedade nacional, presente nos escritos de memorialistas, estava em consonância com o modo como as populações nativas eram pensadas à época, uma visão partilhada, inclusive, pelo órgão estatal responsável pelas questões relacionadas aos povos originários, o Serviço de Proteção aos Índios - SPI (LIMA, 1992). Órgão criado no ano de 1910 com o objetivo de facilitar o desenvolvimento econômico nas frentes de expansão nacional, garantindo a integridade dos povos indígenas, que se encontravam em uma suposta etapa de transição; assistindo-os a partir da demarcação de pequenos territórios, que sediavam um Posto Indígena<sup>10</sup>.

Destarte, em um contexto no qual os Xukuru-Kariri eram percebidos como remanescentes em vias de extinção, estudiosos pioneiros na escrita sobre a história palmeirense, principalmente Luiz Torres, sentiram a necessidade de representar a imagem e as expressões socioculturais desse povo a partir da criação de símbolos e narrativas que referenciassem a presença indígena na origem da cidade.

Nesse sentido, a construção de tais narrativas não necessariamente exigia a participação dos povos assistidos no processo, mesmo porque, no contexto local, estes eram vistos como descendentes dos verdadeiros nativos que habitaram a localidade, inclusive por pesquisadores ligados à Universidade<sup>11</sup>. Como resultado dessa perspectiva, os chamados “remanescentes indígenas” foram vistos e representados principalmente como um elo com os

---

<sup>9</sup> Promotor de Justiça aposentado, membro da Academia Alagoana de Letras e escritor ativo com 29 livros publicados. Nascido em 1943, formado em Ciências Jurídicas e Sociais no Rio de Janeiro, foi vereador do município em 1967. Trabalhou como escritor e editor de jornais locais e participou de momentos importantes, a exemplo da fundação da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes /APALCA. Informações disponíveis no Site da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes (APALCA): <http://apalca.com.br/hino-de-palmeira-dos-indios>. Acesso em 12 jun. 2022. Apesar da expressiva produção de Ivan Barros sobre a história palmeirense e o povo Xukuru-Kariri, optamos, nesse estudo, por priorizar as produções de Luiz Torres, tendo em vista a sua fundamental contribuição para a construção dos símbolos oficiais e da narrativa histórica que foi oficializada pelo poder público municipal, na qual figuram representações sobre os indígenas.

<sup>10</sup> Apesar de suas pretensas finalidades, conforme analisa Antonio Carlos de Souza Lima, a ação do SPI se assemelha mais a um “grande cerco de paz”, isto é, uma medida que buscava possibilitar a “convivência pacífica” entre índios e não indígenas a partir da utilização de um poder tutelar que “supõe estratégias conducentes da passagem entre hostilidade aberta à ‘convivência pacífica’. Sob a luz da paz armada” (LIMA, 1992, p. 105).

<sup>11</sup> Podemos citar como exemplo um texto publicado pelo pesquisador Clóvis Antunes, no qual definiu os Xukuru-Kariri como decadentes e fadados ao esquecimento e à extinção, segundo sua análise: “pouco são os que falam a língua indígena cariri-chucurús. São sempre orgulhosos quando alguém os chama de índios” (ANTUNES, 1962, p. 6).

antigos e “verdadeiros índios” habitantes na região, sendo posteriormente utilizados como elementos justificativos do nome do município e da criação de representações e referências à presença indígena na localidade.

## 2.2 O Memorialista Luiz de Barros Torres e a historiografia palmeirense

Nascido em abril de 1926, na cidade de Quebrangulo/AL, Luiz de Barros Torres foi um importante e destacado estudioso da história do município de Palmeira dos Índios, um dos primeiros a escrever sobre a localidade e a realizar pesquisas históricas reconhecidas como fundantes da tradição historiográfica local, apesar de não possuir formação acadêmica em História. Viveu sua infância em Maceió, capital alagoana, onde ingressou no seminário de Nossa Senhora da Assunção. Sobre esse período, Luiz Byron Torres, filho mais velho do autor, em um texto biográfico do pai, afirmou:

O adolescente Luiz B. Torres permaneceu no Seminário de Nossa Senhora da Assunção por cinco anos. A cada dia que se passava crescia nele à vontade de abandonar o seminário, pois tinha certeza que a sua vocação não era a de ser padre e sim um escritor. O primeiro indício aconteceu em 1943, quando Luiz teve a sua primeira experiência com a literatura. Criando uma criptografia pessoal, escreveu um romance sobre as cruzadas na Idade Média. Neste ensaio, ele narra (Ficção) a vitória dos cristãos contra os muçulmanos para adquirir o controle da Terra Santa. Como feriu as regras disciplinares do Seminário, sua primeira obra foi confiscada pela Direção Geral, nada mais restando sobre ela (TORRES, 2003, p. 17).

Um ano após o confisco de seu primeiro romance, Torres desistiu do seminário e estabeleceu moradia em Palmeira dos Índios, cidade na qual seus pais residiam desde 1940. Já nos primeiros anos de residência na cidade, o jovem aspirante a escritor se envolveu em diferentes assuntos relacionados à comunidade palmeirense, se aliando a outros estudantes para a fundação de um centro literário, um grupo musical e uma agremiação esportiva, dentre outras atividades. Ainda, nesse contexto, passou a escrever crônicas e colunas de opinião em jornais locais. O envolvimento com atividades diversas, bem como o contato com membros de diferentes segmentos da sociedade palmeirense, notadamente dos grupos mais abastados e influentes, permitiu com que o escritor estabelecesse “uma rede de relações” entrelaçada por contatos nos mais variados grupos (PEIXOTO; RODRIGUES, 2019), a exemplo de políticos, comerciantes, estudantes e escritores.

Destarte, de seus escritos e projetos podemos citar a criação dos símbolos oficiais de Palmeira dos Índios, a escrita de uma breve “historiografia” sobre o município, a publicação de vários romances e peças de teatro, a fundação da Companhia Telefônica de Palmeira dos Índios e a criação dos símbolos oficiais dos municípios alagoanos de Igaci e Cacimbinhas, limítrofes com Palmeira dos Índios<sup>12</sup>. Diante de tais ações e empreendimentos, o autor alcançou grande prestígio na sociedade palmeirense e alagoana, manteve relações de amizade com personalidades e figuras políticas locais, de municípios circunvizinhos e da capital do estado<sup>13</sup>. Embora tenha desistido de uma carreira sacerdotal, cultivou estreitas relações com membros de destaque na Igreja Católica Romana em Palmeira dos Índios, a exemplo do Pároco Francisco Xavier de Macedo, que, em 1952, lhe pediu que elaborasse um projeto para a criação de uma Diocese no município.

<sup>12</sup> Fonte: TORRES, Luiz Byron Passos. **Vida e obra do escritor Luiz B. Torres**. 2003, não publicado. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>13</sup> Além do apoio que o escritor recebeu da administração municipal quando da escrita de livros sobre a história local, percebemos que Luiz Torres possuía uma estreita relação com políticos, grande comerciantes e membros das famílias mais prósperas e influentes no município, que sempre se faziam presentes nos lançamentos de seus livros. Fonte: acervo do GPHIAL.

Após a aprovação do projeto pelo Vaticano, em 1962, o escritor foi escolhido para representar o “povo palmeirense” na recepção do primeiro Bispo do município, ato que se repetiu por mais duas vezes; com o segundo Bispo, em 1978, e com o Terceiro, em 1985 (TORRES, 2003). Sobre isso, em uma entrevista<sup>14</sup> concedida à TV Manchete, afirmou:

Quando cheguei aqui, estranhei que Palmeira dos Índios, com tantos filhos ilustres, com tantos escritores, nenhum deles, tenha se preocupado em escrever a História palmeirense, que por sinal é uma história muito bonita [...]. O meu trabalho é resultante de várias pesquisas, efetuadas com muito amor esforço e paciência. Consegui levantar dados sobre essa terra, desde 1632 [...].

Em face de uma história inexplorada e pomposa, o escritor se dispôs a realizar pesquisas, reunir fontes, e a produzir uma narrativa sobre o passado local, pois a ligação que estabeleceu com Palmeira dos Índios e seus habitantes contribuíram para despertar no escritor o desejo de estudar a história do município. Desse modo, passou a colecionar fotografias, recortes de jornais contendo matérias sobre a história local, além de documentos, localizados em variados acervos, os quais transcreveu ou guardou cópias, incorporando-as ao seu variado acervo particular, conforme pode ser observado na fotografia abaixo.

**Fotografia 01** – Escritório de Luiz de Barros Torres – 2003



**Fonte:** Torres, Luiz Byron Passos. Vida e obra do escritor Luiz B. Torres (2003, p. 9).

A imagem do escritório do autor<sup>15</sup> nos possibilita ter uma noção da quantidade de documentos e livros reunidos pelo estudioso ao longo de suas pesquisas, permitindo a criação de um acervo particular formado por fontes históricas oriundas principalmente de jornais,

<sup>14</sup> Fonte: projeto “História Oral de Palmeira dos Índios”, vídeo e manuscrito disponíveis no acervo do GPHIAL.

<sup>15</sup> A fotografia é de autoria de Luiz Byron Torres. Após a morte de Luiz Torres, Byron assumiu o escritório do pai, guardou a documentação reunida e continuou recolhendo fontes e incorporando-as ao acervo. Após a morte de Byron, parte considerável da documentação foi doada, pela família, ao Prof. José Adelson Lopes Peixoto, sendo incorporado ao acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), localizado na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), *Campus III*, Palmeira dos Índios.



acervos cartoriais e eclesiásticos aos quais o autor teve acesso<sup>16</sup>. Os primeiros estudos sobre a história palmeirense foram publicados em diferentes jornais locais, nos quais Torres escrevia colunas, a exemplo do texto representado na imagem abaixo.

**Imagem 01** – Matéria escrita por Luiz de Barros Torres



**Fonte:** Jornal de Hoje, ago. 1973. Disponível no Acervo do GPHIAL.

A imagem representa fragmentos de uma matéria publicada por Luiz Torres no *Jornal de Hoje*, em agosto de 1973, por ocasião da comemoração dos duzentos anos da doação de terras nas quais fundou-se a missão indígena que deu origem ao município. No texto, o autor faz alusão às pesquisas que realizou, citando datas e eventos históricos, por exemplo, que foram narrados a partir da leitura de documentos por ele reunidos, sugerindo uma extensa busca por fontes escritas e um provável cruzamento de dados, isto é, a realização de pesquisas documentais em seu processo de escrita.

O escritor buscou fontes em diversos acervos, dentre os quais: o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal), o acervo do Convento do Carmo (Recife/PE), o Arquivo da Diocese de Palmeira dos Índios, o Arquivo Público de Alagoas - APA (Maceió), o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL (Maceió) em cartórios e acervos paroquiais, localizados em Palmeira dos Índios e circunvizinhança. No entanto, apesar da busca, triagem e utilização de documentos em seus escritos, atividades características de uma pesquisa histórica, o trabalho realizado por Torres se distancia do chamado “método historiográfico” à medida em que carece de críticas e problematizações das informações encontradas, bem como das intencionalidades e contexto de produção de tais fontes, muitas vezes se dedicando apenas a transcrever informações apensar como elementos de sustentação narrativo<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> O pesquisador reuniu documentos disponíveis em cartórios e igrejas em Palmeira dos Índios e em Bom Conselho/PE; além de acervos localizados na capital alagoana, Torres conseguiu ter acesso a fontes históricas abrigadas na Torre do Tombo, em Portugal. Informações obtidas em estudos realizados no Acervo do GPHIAL.

<sup>17</sup> Apesar de não possuir formação acadêmica, Luiz Torres contribuiu de forma inegável para a construção de uma narrativa historiográfica para o município. Realizou pesquisas em acervos diversos, reuniu documentações, originais e cópias, produziu os primeiros escritos sobre o passado palmeirense e fundamentando a narrativa histórica e simbólica oficial do município. Seus textos, bem como o acervo documental por ele reunido, além das fontes visuais e escritas que produziu, se tornaram imprescindíveis para os estudos sobre a história local produzidos na atualidade, servindo de base para novas reflexões, a exemplo do presente artigo.

O autor utilizou a documentação reunida para fundamentar a escrita de livros sobre a história local, sendo os principais: “Os índios Xucuru e Karirí em Palmeira dos Índios” (1972); “A terra de Tilixí e Txiliá – Palmeira dos Índios nos séculos XVIII e XIX” (1973) e “Roteiro histórico e turístico das ruas antigas de Palmeira dos Índios” (1989). Apesar de não possuir formação acadêmica, devido ao pioneirismo e uso de documentação, o que lhes conferi ares de cientificidade, essas publicações o consagraram como um dos fundadores e principais expoentes da pesquisa histórica sobre Palmeira dos Índios, sendo o responsável, por exemplo, pela criação dos símbolos oficiais de Palmeira dos Índios, como a bandeira e o hino, a organização de um museu histórico<sup>18</sup>, contribuições que lhes renderam um convite para fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas/IHGAL (PEIXOTO, 2013).

A posição de estudioso da história local e de defensor dos indígenas, assumida por Luiz Torres, foi expressa em narrativas históricas, literárias e em representações imagéticas que evidenciam o “idealismo” do estudioso, uma busca por evidenciar a presença indígena no passado local (SOARES, 2020), que fazia dele um entusiasta da história e de uma pretensa identidade palmeirense, a qual, conforme veremos, ajudou a delimitar em seus escritos. De um modo geral, as referências aos Xucuru-Kariri em seus escritos se dividiram em dois aspectos principais: de um lado, a história dos índios que foram vítimas do processo de colonização, cujos sobreviventes da violência se afastaram dos antigos costumes e estavam em via de incorporação à sociedade envolvente (OLIVEIRA, 2016); de outro, a descrição de um índio mitológico, um símbolo da formação local, representado em imagens e narrativas em homenagem aos primeiros habitantes na região.

Assim, as produções de Torres, mesmo que muitas vezes se distanciassem da situação vivida pelo povo Xucuru-Kariri, foram fundamentais para que a presença indígena na região fosse considerada como histórica e anterior à fundação da cidade. Além de localizar e citar documentos datados do período colonial, o autor realizou inclusive escavações arqueológicas<sup>19</sup> em antigas áreas de habitação indígena, tencionando comprovar sua tese de ocupação ancestral indígena na localidade. De todo modo, suas produções sobre o passado local, bem como escritos literários e relações sociais fizeram com que o escritor se destacasse no contexto socio-histórico no qual estava inserido, contribuindo para consolidar sua narrativa como obra fundante e basilar da história palmeirense.

### **3 REPRESENTAÇÕES DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS: IDENTIDADE COLETIVA E ORIGEM INDÍGENA**

#### **3.1 A construção de uma cidade por meio de símbolos**

Durante a segunda metade do século XX, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, Palmeira dos Índios viveu um período de crescimento estrutural, desenvolvimento econômico, e expressividade sociocultural; elementos simbolizados na ampliação do número de praças, estabelecimentos comerciais, iluminação pública, expansão urbana e pequenas indústrias, por exemplo (BARBOSA, 2019). Tais mudanças, ocorridas em uma cidade de porte mediano, considerando os parâmetros alagoanos, embora com ares interioranos e rurais, foram possíveis, dentre outros fatores, diante de uma política de “município modelo” adotada a partir de ações do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), visando

<sup>18</sup> Trataremos mais sobre esses aspectos no segundo capítulo desse texto.

<sup>19</sup> Escavações realizadas em 1971 com o objetivo de encontrar vestígios arqueológicos da presença indígena na localidade. Torres coordenou escavações em seis cemitérios indígenas e neles encontrou vinte urnas funerárias (igaçabas), além de artefatos arqueológicos diversos como ossos humanos, colares, e variados instrumentos manuais. Para mais informações, ver (TEIXEIRA, 2012) e (SOARES, 2019).

“melhorias” no município a partir de “ajuda técnica para eletrificação rural, no setor de cooperativismo, colonização e desenvolvimento rural” (CORREIO DE MACEIÓ, 1966, p. 8).

A pretensa modernização alcançada naquele contexto histórico resultou no surgimento de diversas alcunhas para referenciar Palmeira dos Índios, dentre as quais podemos destacar: “Capital do Sertão”; “Cidade das Quatro Portas”; “Princesa do sertão”, e “Município Modelo das Alagoas”<sup>20</sup>. Denominações presentes em matérias jornalísticas e meios diversos de comunicação, principalmente na mídia local e em produções de escritores e memorialistas que se debruçaram sobre Palmeira dos Índios. Tais cognomes, de acordo com análise de Barbosa, eram “interligados por um ponto em comum: o progresso” (BARBOSA, 2019, p. 79). Ainda a respeito das alcunhas comemorativas dos avanços alcançados por Palmeira dos Índios, citadas em jornais de circulação local e estadual, o pesquisador Edmilson Sá, afirmou que após o município receber o título de “município modelo”, passaram a serem

freqüentes as notas nos jornais palmeirenses com a frase: “Visite Palmeira dos Índios – Município *Modêlo* (sic) de Alagoas” (...) Muitas vezes também chamada de A “Capital do Sertão” e Princesa do Sertão, no Correio de Maceió 17 de março de 1966, lemos a seguinte nota: “Palmeira dos Índios foi escolhido como município modelo de Alagoas para representar o Estado na reunião dos Prefeitos de Municípios Modêlo, a ser realizada no Rio de Janeiro, no dia 11 de abril, numa promoção do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário” (SÁ, 2008, p. 25).

Nesse contexto, Palmeira dos Índios era um dos municípios mais importantes e destacados politicamente e economicamente no cenário alagoano. Como consequência, de acordo com Luiz Byron Torres (2003), influenciava na organização e vida socioeconômica de municípios circunvizinhos, além de despontar como representante da modernidade e suas novidades e inovações, tanto econômicas quanto do ponto de vista da sociabilidade e atividades culturais. Consequentemente, ao lado das novidades estruturais e tecnológicas, os cinemas palmeirenses<sup>21</sup> despontavam como elementos simbólicos do progresso que abraçava a região.

De acordo com análise da pesquisadora Viviane de Melo Silva, nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, o cinema foi escolhido como um elemento de destaque na “efervescência cultural” vivida por Palmeira dos Índios naquele contexto, configurando simbolicamente os avanços alcançados e “fazendo parte do contexto social, [assim], inevitavelmente ligou-se às práticas culturais estabelecidas naquele local” (SILVA, 2018, p. 79). Nesse sentido, além de servir como ambientes destinados às sessões fílmicas, os cinemas se tornaram espaços intrinsecamente ligados às sociabilidades dos grupos que os frequentavam, ao serem utilizados, também, como “palco para outras apresentações de famosos artistas, [...], formaturas, programas de auditório da Rádio Sampaio, Teatro de Colegiais e recepção solene às autoridades” (TRIBUNA DO SERTÃO, 1997, p. 4).

Em face de um contexto de crescimento econômico e expressividade no setor de lazer e entretenimento, a oligarquia político-econômica palmeirense buscou meios para se singularizar diante de cidades circunvizinhas, principalmente em relação ao município de

---

<sup>20</sup> Essas alcunhas, assim como as narrativas organizadas para lhes dar sustentação são expoentes de uma organização discursiva pensada, sobretudo por membros das oligarquias locais, para construir uma imagem positiva e atraente para a cidade. Dessa forma, é perceptível que tais denominações não englobam as diversidades socioculturais, desigualdades econômicas, visões políticas e perspectivas sociais, por exemplo, que formam Palmeira dos Índios. Estudos recentes abordando essa tendência em produzir uma imagem positiva e atrativa para as cidades denominam essa institucionalização da imagem da cidade de “*city marketing*”, ação para “alterar as percepções externas de uma cidade com o objetivo de incentivar o turismo, atrair a migração interna dos moradores ou permitir o investimento empresarial” (PUJOU; COUTINHO, 2019 p. 360).

<sup>21</sup> Nesse contexto, existiam três cinemas no município; O Cine Palácio, O Cine Moderno e o Cine São Luiz (SILVA, 2018).

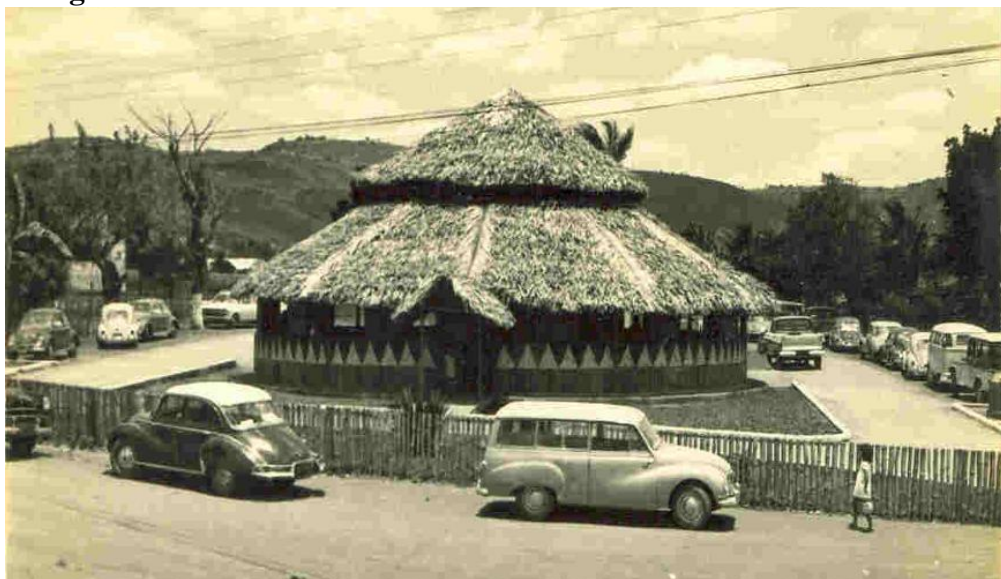
Arapiraca, o qual também experimentava um período de crescimento, resultando em certa rivalidade (SOARES, 2020). Para tanto, ainda no início da segunda metade do século XX, buscou-se produzir uma narrativa histórica que preenchesse certas lacunas e, principalmente, que justificasse o “progresso” e a “modernidade” palmeirense, em outras palavras, conforme veremos; buscou-se produzir uma identidade histórica e coletiva para Palmeira dos Índios.

Para tanto, conforme brevemente mencionado na primeira parte desse texto, o elemento indígena foi escolhido como aspecto simbólico mais expressivo da aspirada identidade local. As narrativas fundantes e as diferentes formas de utilização de imagens representativas da presença indígena no município tiveram como marco o ano de 1966, quando o legislativo palmeirense aprovou um projeto de lei que previa a criação dos símbolos oficiais do município. A apresentação oficial da Bandeira, do Brasão e do Hino à população palmeirense, em 1967, foi o passo inicial para a construção de uma identidade fundada em referência à presença indígena na formação local.

A partir da criação desses símbolos, outras referências foram surgindo, principalmente em logradouros públicos e estabelecimentos comerciais, referências existentes até a atualidade (PEIXOTO, 2013). O primeiro estabelecimento comercial palmeirense a fazer menção aos indígenas foi o restaurante Maloca do Índio<sup>22</sup>; inaugurado em outubro de 1967, se tornou um “marco” para a história do município, um símbolo do “progresso palmeirense”, porém se valendo de uma referência ao passado local. O restaurante pode ser considerado como um dos principais expoentes da reprodução da identidade a partir de memórias da origem indígena do município. Construído com uma estrutura de bambu coberta com palha, imitando uma oca, prometia ser uma junção entre o passado “arcaico” e o futuro “promissor” de Palmeira dos Índios.

Algumas semanas antes da inauguração do restaurante, o jornal Correio do Sertão publicou uma matéria exaltando a inovação que o estabelecimento traria para o município, dando destaque aos detalhes curiosos da estrutura física do prédio, que faziam dele uma destacada atração turística<sup>23</sup>, como pode ser observado na fotografia abaixo.

**Fotografia 02** – Restaurante Maloca do Índio – 1967



**Fonte:** acervo do GPHIAL.

<sup>22</sup> O restaurante pertenceu aos empresários Mário Alcântara Brandão e Gileno Costa Sampaio, que governou o município nos anos de 1973-1977 e 1989-1992. Símbolo do “progresso” vivido por Palmeira dos Índios naquele período, foi vítima de um incêndio criminoso, em 1970 não solucionado (SOARES, 2020).

<sup>23</sup> JORNAL CORREIO DO SERTÃO. “Maloca do Índios já é sucesso. 15/10/1966, p. 1. Disponível no Acervo do GPHIAL.

É possível observar na imagem que o restaurante fazia referência aos indígenas não apenas em sua estrutura com paredes de madeira e telhado de palha, que propiciavam o seu formato de maloca, mas também a partir de símbolos pintados na parte externa das paredes. Observamos, ainda, a presença de uma palmeira na entrada do estabelecimento, fixada no local como forma de fazer referência ao nome do município, bem como a presença de vários carros estacionados ao redor do restaurante, o que demonstra o poder aquisitivo do público que frequentava o referido espaço.

A união entre elementos modernos, como as “noites dançantes” e a existência de telefone nas mesas, e referências ao passado indígena, como o fato dos cardápios serem escritos em tupi e em português, evidencia o contraste existente entre o “rústico” aspecto indígena, representado pela estrutura do restaurante e o expoente da “civilidade” e do “progresso palmeirense”, referenciado nas apresentações do Maestro José Gonçalves, responsável pelas músicas de violino tocadas durante os jantares<sup>24</sup>.

O sucesso, entre as famílias mais abastadas do município, de um restaurante que fazia referência aos indígenas, bem como a adoção desse aspecto do passado local como símbolo de uma pretensa identidade palmeirense se explica pela ausência de discussões sobre a presença indígena no cotidiano local. Tratava-se de um período no qual o povo Xukuru-Kariri, apesar de serem reconhecidos oficialmente como povo etnicamente diferenciado desde 1952 (ROCHA, 2020), os indígenas não eram considerados sujeitos históricos ativos ou partícipes da sociedade palmeirense de outra forma que não a de antepassados ou aspectos do folclore local.

Desde as primeiras tentativas de criar atrativos turísticos para o município, a exemplo do restaurante Maloca do Índio, o “elemento indígena” foi escolhido como um dos pilares dessa possível fonte de renda para a localidade. O possível investimento no turismo como fonte de renda, a exemplo dos cinemas, fez parte da perspectiva adotada por membros de grupos dominantes locais, tendo como base os ideais de “progresso” e “civilização” alicerçados no título de “Cidade Modelo, apesar de Palmeira dos Índios ter sido eleita como município modelo na agricultura e não na urbanidade. No entanto, conforme observou Edmilson Sá, “mesmo assim a elite palmeirense, jornalistas, colunistas, editores e cronistas persistiram em rotular e perpetuar de: Cidade “Modelo” (SÁ, 2008, p. 25).

Partindo dessa tentativa de apresentar Palmeira dos Índios como uma “cidade” moderna e em pleno progresso econômico, o escritor José Delfim da Motta Branco<sup>25</sup>, durante uma reunião no Rotary Club, em 1969, na qual se discutia a necessidade de se construir um “Cristo Redentor” em uma das serras situadas no entorno da cidade para atrair turistas, sugeriu que fosse construído um índio de “tamanho gigante”, “devidamente caracterizado em atitude de espia para colocá-lo na serra [da Boa Vista]<sup>26</sup>, em uma tentativa de relacionar a presença histórica dos Xukuru-Kariri e a história local.

Nesse sentido, percebemos que a preocupação principal da elite palmeirense, ao adotar os símbolos e narrativas oficiais relacionados a uma pretensa herança indígena, não era unicamente o suposto interesse de criar uma identidade local, mas principalmente se apropriar das representações e discursos históricos para justificar e fundamentar seus interesses econômicos, a exemplo do esforço para organizar e difundir o turismo como prática econômica viável no município.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Foi um professor, escritor e advogado de destaque em Palmeira dos Índios, na segunda metade do século XX. Atuou como diretor da secretaria da Câmara Municipal do município, possuindo estreitas relações com políticos e personalidades locais, a exemplo do escritor Luiz de Barros Torres, com o qual criou a bandeira e o brasão de Palmeira dos Índios. Fonte: site da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes; <http://apalca.com.br/patronos/jose-delfim-da-motta-branco/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

<sup>26</sup> JOÃO, Antônio. Monumentos. **Jornal O Bandeirante**. Palmeira dos Índios. 07/12/1969, p. 6. Disponível no Acervo do GPHIAL.

A posição de defesa do turismo como saída<sup>27</sup> para a economia local foi, ao longo dos anos, adotada por diferentes intelectuais e personagens de influência no município. Desse modo, a criação de um “roteiro turístico” fundamentado, principalmente, na exploração do aspecto indígena resultou no surgimento de monumentalidades construídas sob a influência de um discurso de idealização dos índios e que, portanto, passaram a atuar como símbolos da história e da identidade palmeirense aos moldes das narrativas criadas por Luiz Torres<sup>28</sup>.

Em face dos citados objetivos e acreditando que os Xukuru-Kariri estavam trilhando o caminho da aculturação, escritores e entusiastas da história do município procuraram fazer referências aos indígenas na história de formação de Palmeira dos Índios, de modo a enfatizar a sua presença no passado local, no entanto, seguindo as perspectivas assimilacionistas sobre os povos nativos difundidas naquele contexto, desconsideraram protagonismos e resistências<sup>29</sup>. Igualmente, buscaram evidenciar-los nos relatos e escritos sobre a origem da cidade, contribuindo para a criação de uma identidade particular para o município. Nesse contexto, os escritos produzidos por Luiz de Barros Torres se destacaram e se consolidaram como fundadores de uma narrativa sobre o município.

O apoio de membros das camadas mais prósperas da sociedade palmeirense, assim como de membros do legislativo municipal<sup>30</sup>, aos trabalhos realizados pelo escritor, se explica não apenas pelo pioneirismo de seus textos, mas devido ao fato do autor ter produzido, mesmo não intencionalmente, uma historiografia que atendeu aos interesses dos grupos dominantes da economia e política de Palmeira dos Índios, que no momento eram indiferentes aos Xukuru-Kariri, embora se interessassem por uma historiografia do município, mesmo que esta fosse alicerçada na presença indígena, porém relacionada a um passado distante.

Para os grupos dominantes era vantajosa a criação de uma narrativa historiográfica que exaltasse as particularidades históricas do município, singularizando-o em relação à capital do estado e que fosse escrita uma história que não reconhecesse efetivamente a presença do povo Xukuru-Kariri em seu contexto contemporâneo, pois esta poderia trazer “problemas” futuros<sup>31</sup>. Além do incentivo e adesão da municipalidade aos primeiros escritores da história do município, conforme apontado, a produção dessas narrativas foi marcada por um contexto sociopolítico e econômico favorável à criação de uma História Oficial e dos símbolos cívicos da municipalidade. De acordo com pesquisas realizadas por José Adelson Lopes Peixoto:

As imagens do acervo de Luiz Torres ganham corpo nas concepções dos seus próprios livros como contributos para a constituição de uma identidade urbana para Palmeira dos Índios em sintonia com o processo de urbanização e nacionalização

<sup>27</sup> A saída para a princesa do Sertão. **Jornal Humberto Mendes Tur**. Palmeira dos Índios. Maio de 1999, p. 4. Disponível no Acervo do GPHIAL.

<sup>28</sup> Dentre elas, podemos citar a criação do Museu Xucurus de História, Artes e Costumes (1971), da Casa Museu Graciliano Ramos (1973), da Estátua do Cristo do Goiti (1979) e da Estátua da lendária indígena Txiliá (1988).

<sup>29</sup> É importante salientar que a visão dos indígenas como povos em transição para uma inevitável integração à sociedade nacional, presente nos escritos de memorialistas palmeirenses publicados nesse contexto, estava em consonância com o modo como as populações nativas eram pensadas à época, uma visão partilhada, inclusive, pelo órgão estatal responsável pelas questões relacionadas às populações indígenas, o Serviço de Proteção aos Índios - SPI.<sup>29</sup> Para mais informações ver Oliveira (2016) e Lima (1992).

<sup>30</sup> Podemos citar como exemplo a Indicação Nº 06/73 que alertava ao “Prefeito Municipal a necessidade de que seja dada toda ajuda possível da municipalidade à escrita do livro ‘A terra de Tilixi e Txiliá’, escrita por Luiz Torres”. Fonte: Ata da 6ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 14/03/1973. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos Índios, Livro XIX, p. 157.

<sup>31</sup> Nos referimos aqui às disputas fundiárias que permeiam a história dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. Diante dos movimentos de mobilizações em busca da recuperação de territórios expropriados pela oligarquia local, detentora do poder político e econômico palmeirense, iniciado em 1952 e intensificado nas últimas décadas do século XX, por exemplo, as percepções sobre os indígenas tenderam a mudar. Como resultado de suas reivindicações, passaram a ser considerados por muitos palmeirenses como ameaça ao município. Para mais informações ver (PEIXOTO, 2013) e (SILVA, 2019).

que vinha tomando curso no Brasil e que se intensificou com a criação de Brasília, com a criação do Parque do Xingu e com as primeiras emissoras de TV que veiculavam imagens de um Brasil nascido da miscigenação de brancos, índios e negros. Nesse contexto, o “índio” que já era um símbolo da nação passa a ser usado também como símbolo em Palmeira dos Índios (PEIXOTO, 2013, p. 123).

Para tanto, em seu principal livro sobre a história local, Luiz Torres (1973) teceu uma narrativa que uniu ficção à situações documentadas para narrar a história de fundação da cidade a partir de uma lenda<sup>32</sup> que produziu e que se converteu em uma importante referência no município; foi/é ensinada em escolas da rede pública municipal (SOARES, 2020), influenciou a construção dos símbolos oficiais do município, além de estátuas expostas em locais públicos, bem como a nomeação de estabelecimentos comerciais e logradouros públicos.

Na narrativa lendária, os Xukuru-Kariri habitavam as matas de Palmeira dos Índios e tinham como chefe o Cacique Etafé, que aguardava a puberdade da formosa índia Txiliá, filha do velho Taci, para se casarem. Porém, a jovem índia estava apaixonada por seu primo Tilixi; a proximidade entre os dois primos fazia com que o Cacique, com ciúmes, os vigiasse constantemente. Certo dia, durante uma festa “tribal”, Tilixi, ao receber de sua prima um pouco de bebida fermentada, a beijou na testa; vendo a cena, o Cacique enfurecido condenou-o a morrer por inanição, preso ao solo, longe do acampamento, e exposto ao sol.

Ao ouvir os gritos de socorro proferidos por seu amado, Txiliá pediu ao religioso que estava à frente de missão catequética no aldeamento, o Frei Domingos de São José, que lhe desse a cruz que carregava no pescoço, para que pudesse “plantá-la ao lado do moribundo, para que dela nascesse uma palmeira, debaixo da qual ele pudesse sofrer menos” (TORRES, 1973, p. 54). Não conseguindo convencer a jovem índia a desistir, o padre entregou-lhe a pequena cruz. Contrariando a proibição do Cacique, Txiliá foi ao encontro de seu amado e, nesse momento, foi atingida por uma flecha, atirada pelo ciumento Cacique.

Ainda, segundo a narrativa, no local em que o casal morreu nasceu uma “frondosa palmeira”, acontecimento que teria sido interpretado pelo Frei como sendo obra de um milagre; o símbolo do mais puro gesto de amor e de fé. A “confiança no onipotente poder de Deus”, demonstrada por Txiliá, fez com que o padre reunisse as forças necessárias para a edificação do município. De acordo com Torres:

O milagre produziu no frade um êxtase místico, durante o qual teve uma visão profética do que seriam o povo e a cidade nascidos do heroísmo do amor. Só poderiam gozar de grandeza tal povo e tal lugar batizados pelo gesto maior que homens podem praticar: a vida em troca do elo perfeito que une a humanidade – o amor (TORRES, 1973, p. 56).

O processo de produção de narrativas históricas e organização de memórias eleitas para compor o ideal de identidade coletiva ligadas a uma pretensa identidade local pode ser relacionado com as narrativas dos estados-nações modernos, fundamentadas numa identidade coletiva forjada a partir de narrativas e tradições organizadas ou inventadas por determinado grupo ou parcela da sociedade para justificar a dominação política e ancorados na existência e unidade das respectivas comunidades (HALL, 2015).

Conforme afirmaram estudiosos dessa temática (ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 1997), essas produções compõem narrativas justificadoras das nações, sendo, portanto, alicerçadas na construção de uma História Oficial elaborada a partir de “uma série de

<sup>32</sup> A narrativa fundacional escrita por Luiz Torres foi intitulada como “Lenda de fundação da Cidade de Palmeira dos Índios”, a nomenclatura *lenda* foi escolhida pelo autor e assim referenciada em seus escritos posteriores. Utilizamos como material de análise dessa narrativa, a versão datilografada por Torres em 1971 e a versão em quadradinhos (1971) também de sua autoria. Fonte: acervo do GPHIAL.

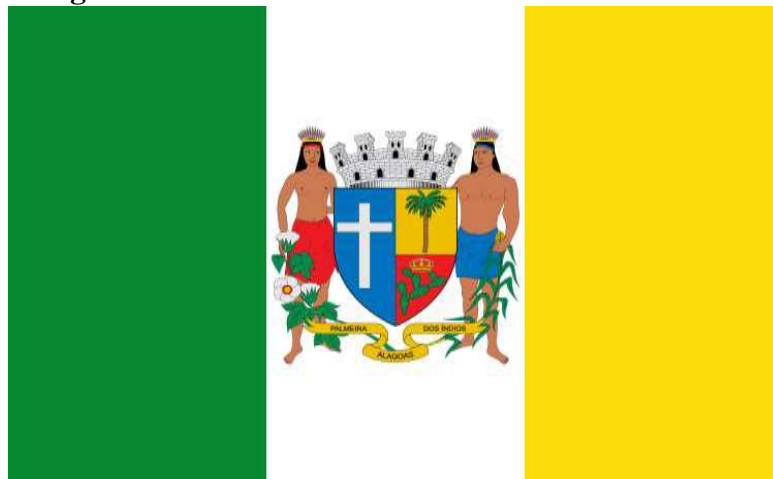
histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2015, p. 31). Ao analisarmos os primeiros relatos sobre a história de Palmeira dos Índios<sup>33</sup>, percebemos a busca pela construção de uma narrativa oficial que dá sentido à localidade foi também produzida no município.

O apego às origens, a invenção de tradições que possibilitam a identificação mútua entre os palmeirenses e a ênfase no mito de fundação, são características que sustentam a construção de uma narrativa histórica para Palmeira dos Índios, fundamentada, principalmente, nas produções de Luiz Barros Torres. Considerando que “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBSBAWN, 1997, p. 21), percebemos que os mártires da lenda de Torres “possibilitaram” a fundação da cidade, inspirando o nome e representando a “amistosa” relação entre o povo Xukuru-Kariri e os colonizadores, representados pelo Frei Domingos de São José. É provável que Luiz Torres, ao escrever tal narrativa, tenha se inspirado na literatura indianista do século XIX, marcada principalmente pela criação de personagens idealizados, sempre leais aos colonizadores e dotados de boa índole, porém distantes dos indígenas históricos, personagens que geralmente tinham um fim heroico e trágico (OLIVEIRA, 2016).

Nesse sentido, os escritos do autor se aproximam da perspectiva indianista de José de Alencar (1829-1877), cujas pretensões em alguns textos eram fazer com que os leitores se orgulhassem de serem descendentes de indígenas, nobres guerreiros aliados dos “formadores” do Brasil. Dessa forma, a partir do final trágico dos personagens em suas obras, como no livro *Iracema*, “o indígena transfigurou-se na terra natal, sobrevivendo na memória e na afetividade dos seus descendentes, [...], herdeiros daqueles personagens, tal como o próprio autor e seus presumíveis leitores” (OLIVEIRA, 2016, p. 104).

Ao lembrar do fim trágico do apaixonado casal protagonista da lenda de Torres, descrito como o momento primeiro da formação de Palmeira dos Índios, anunciando as glórias futuras, percebemos a proximidade entre as visões dos autores. Após a criação do Aldeamento da Palmeira dos Índios, fruto do sacrifício dos indígenas, e com a chegada dos colonos, passaram para um segundo plano e após um período de esquecimento se transformaram na terra natal, sendo lembrados sobretudo a partir dos escritos e representações criadas por Torres, cujas influências alcançaram status de oficialidade, a exemplo da bandeira.

**Imagem 02** – Bandeira de Palmeira dos Índios – 2022



Fonte: acervo do GPHIAL.

<sup>33</sup> Foram pioneiros os livros: *Palmeira dos Índios: terra e gente* (1969) de autoria de Ivan Barros e *A terra de Tilixi e Tixiliá: Palmeira dos Índios dos séculos XVIII e XIX* (1973) escrito por Luiz B. Torres.



A Bandeira de Palmeira dos Índios foi oficialmente<sup>34</sup> adotada em 1968; criada por Torres e pelo advogado José Delfim da Mota Branco. O símbolo apresenta aspectos que fazem alusão à paisagem e a história local, dentre os quais se destacam: a cruz, representante do catolicismo e da fé que proporcionou o surgimento da cidade, a partir da ação do Frei Domingos de São José; o casal de índios, protagonistas da lendária narrativa fundacional, e a palmeira, referência à árvore que teria nascido dos corpos dos mártires Tilixi e Txiliá. Quanto às cores, o amarelo representa as riquezas resultantes do progresso que lhe rendeu o título de “princesa do Sertão” (simbolizado também pela coroa), o branco se aliará às demais cores para simbolizar “sua completa submissão à pátria”, e o verde representa as matas que cobrem as “serras exuberantes” no entorno da cidade<sup>35</sup>.

Ainda, essa narrativa inspirou a composição do hino oficial do município, no qual o autor também faz referência aos acontecimentos contados na lenda. O Hino de Palmeira dos Índios, escrito por Luiz B. Torres e José Gonçalves, canta a cidade como nascida do amor, exalta uma “origem secular nos heroicos Xucurus de bravura e fé sem par”; referências à lenda criada por Luiz Torres e à presença indígena na história de formação local.

### 3.2 Discursos e representações na “taba Xucuru”

A expressão em destaque no título dessa seção foi encontrada em vários documentos e matérias de jornais publicadas na segunda metade do século XX, assim como o termo “Terra dos Xucurus”, a expressão “Taba Xucuru” foi uma denominação comum para se referir ao município de Palmeira dos Índios, em uma alusão à origem indígena da localidade. Muito embora a percepção sobre os indígenas fosse a de um povo fadado ao desaparecimento, resultante de uma suposta integração à sociedade envolvente<sup>36</sup>.

Conforme apontado, em um contexto no qual os Xukuru-Kariri eram percebidos como remanescentes em vias de extinção, estudiosos pioneiros na escrita sobre a história palmeirense, principalmente Luiz Torres, sentiram a necessidade de representar em narrativas e símbolos a imagem e as expressões socioculturais desse povo tido como ancestrais e fadados a um processo de extinção tido, inclusive, como uma necessidade e mesmo uma “exigência” para o advento do progresso.

Portanto, as referidas referências foram realizadas sob uma áurea de comemoração da dominação de um povo socialmente marginalizado e silenciado pelo poder público (PEIXOTO, 2013), porém lembrado em algumas esferas como um nobre antepassado, um símbolo da vitória da “civilização” sobre a “selvageria”. Desse modo, embora a intenção de Luiz Torres fosse referenciar a presença indígena na história de formação local, posteriormente, essas produções foram utilizadas por políticos e posseiros de terras pertencentes historicamente aos indígenas como forma de justificar propriedades rurais na área em disputa.

Como resultado de tal perspectiva, os chamados “remanescentes” foram vistos e representados principalmente como um elo com os antigos e “verdadeiros índios” habitantes na região, sendo posteriormente utilizados como elementos justificativos do nome do município e da criação de representações e referências à presença indígena na localidade. Conseqüentemente, as representações dos primeiros habitantes locais como símbolos românticos e mitológicos da identidade palmeirense foram estabelecidas em diversos

<sup>34</sup> Em dezembro de 1968 entrou em vigor a Lei Municipal nº 691 que instituiu o hino oficial e os símbolos do Município de Palmeira dos Índios. Fonte: acervo do GPHIAL.

<sup>35</sup> BRANCO, José Delfim da Motta; TORRES, Luiz de Barros. Projeto da bandeira do município de Palmeira dos Índios. 1966, p. 57. Disponível no Acervo do GPHIAL.

<sup>36</sup> Fonte: documentação disponível no Acervo do GPHIAL.

ambientes no município, influenciando a forma como os indígenas são vistos e representados localmente, conforme pode ser observado na imagem abaixo.

**Fotografia 03:** Estátua de Txiliá, 2022.



Fonte: acervo do GPHIAL.

A fotografia ilustra a estátua da lendária Txiliá, exposta no centro de Palmeira dos Índios, na Praça Moreno Brandão, conhecida popularmente como “Praça do açude”. Esculpida em 1988, sob encomenda do executivo local, a estátua foi elaborada tendo como base o mito de fundação da cidade. Portanto, a representação do monumento não corresponde aos indígenas habitantes no município, sua aparência pode ser melhor associada às descrições românticas dos índios na literatura do século XIX, concebidos como se “estivessem eternamente no momento dos primeiros contatos” (OLIVEIRA, 2016, p. 28). Para melhor evidenciar tal afirmativa, observemos a fotografia abaixo. Produzida em meados do século XX, na aldeia Fazenda Canto, o registro retrata mulheres Xukuru-Kariri trabalhando na raspagem de mandioca para a fabricação de farinha.

**Fotografia 04:** Mulheres Xukuru-Kariri aldeadas na Fazenda Canto, s/d



Fonte: MEPE/acervo Carlos Estevão de Oliveira.

Ao compararmos as indígenas retratadas na imagem acima com a representação escultural da imagem 03, percebemos a distância existente entre as imagens idealizadas e tomadas como símbolos da identidade local e, muitas vezes, da indianidade Xukuru-Kariri. Tal exercício evidencia que representações como a estátua de Txiliá são desconectadas da realidade sócio-histórica vivenciada pelo citado povo indígena. Nesse sentido, apontamos a imagem abaixo como mais um expoente da influência da romantização proposta por narrativas como a lenda de fundação, cujos resultados muitas vezes foram/são idealizações desmedidas.

**Imagem 03** – Brasão do Palmeira dos Índios Futebol Clube, 2018



Fonte: acervo do GPHIAL.

Podemos observar que os elementos centrais do brasão do clube, a palmeira e a representação do indígena, fazem uma alusão direta ao nome do município relacionando esses elementos considerados identitários da localidade com os objetivos da associação esportiva. Ainda, é possível observar influências da visão romantizada expressas nos escritos de Torres, principalmente do brasão de Palmeira dos Índios e da “lenda de fundação”; a visão dos indígenas como guerreiros com aspecto imponente e atributos físicos, a exemplo da representação acima, a qual dialoga com a descrição do lendário cacique Etafé, o qual era “imponente de altura, possuindo braços musculosos e corpo atlético” (TORRES, 1971, p. 1).

Outro efeito das influências narrativas de Luiz Torres foi a apropriação, feita por parte da oligarquia local, de representações e discursos romantizados para alavancar a propagação de uma variada gama de referências imagéticas e narrativas deturpadas que atuaram e ainda atuam, principalmente em contextos de debates sobre demarcação territorial, no cotidiano local como uma espécie de modelo de etnicidade, utilizadas como forma de negação de direitos a partir da contestação da etnicidade do grupo.

Podemos citar como exemplo os debates e embates ocorridos em 2010, momento no qual o andamento do processo de delimitação e demarcação da área Xukuru-Kariri. Em decorrência da constante oposição às propostas de delimitação que incluíam áreas urbanas do município, o processo de reconhecimento antropológico do território a ser demarcado, iniciado em 1988 se estendeu até 2006<sup>37</sup>, quando a proposta apresentada no relatório da Antropóloga Siglia Zambrotti Dória foi aprovada pela FUNAI. Em 2008 o relatório foi publicado no Diário Oficial da União/DOU e em 2010 o processo foi homologado pelo Ministério da Justiça/MJ.

<sup>37</sup> Ao todo foram realizados cinco estudos antropológicos organizados pela FUNAI, nos anos de: 1988; 1995; 1997; 2003 e 2006 (DÓRIA, 2008).

Ao longo desses anos de entraves na demarcação, os conflitos intensificaram-se, fomentando debates a respeito do direito dos indígenas sobre as terras identificadas no estudo. Em resposta à homologação e às mobilizações do povo Xukuru-Kariri, ocupantes de grandes áreas no território indígena, políticos e membros de entidades de classe e religiosas se organizaram para reagir, argumentando, principalmente, que a efetivação do trabalho de demarcação resultaria em desapropriações (12 mil) e na desestabilização da economia local<sup>38</sup>.

Nesse contexto, a discussão sobre as disputas de terras em Palmeira dos Índios foi apresentada na Assembleia Legislativa do estado de Alagoas/ALE. Em meio às críticas sobre a necessidade de “entregar mais terras” ao povo Xukuru-Kariri, principal pauta da seção, anterior ao Dia do Índio, o então Deputado Sérgio Toledo sugeriu que os indígenas supostamente teriam descoberto nióbio na área em litígio e estavam utilizando a demarcação como uma estratégia para contrabandear o elemento químico a partir da reserva, onde a polícia estadual não teria “poder para entrar”<sup>39</sup>. Discursos como este tornaram-se comuns no contexto de debates, no qual o trabalho da FUNAI era descrito como aleatório e parcial.

Os argumentos evidenciam que as reações dos opositores à demarcação assinalam o lugar reservado aos indígenas na história e na sociedade palmeirense, a despeito da utilização de imagens e menções descrevendo-os como ancestrais presentes e importantes para a fundação local. As posições, assumidas por grande parte dos políticos, latifundiários e membros das classes mais abastadas na região refletem a concepção dos primeiros habitantes locais como personagens subalternos. A reação do então Deputado Estadual Gervásio Raimundo à ocupação das terras de uma de suas fazendas por lideranças Xukuru-Kariri pode apresentar uma dimensão dos posicionamentos das oligarquias locais a respeito da demarcação e das concepções sobre os indígenas.

Em 2003, após a FUNAI legalizar a ocupação indígena em terras que estavam em sua posse<sup>40</sup>, o citado Deputado apresentou à ALE um Projeto de Lei propondo a mudança do nome do município. Durante uma entrevista para um jornal em Maceió, afirmou: “minha proposta estabelece que Palmeira dos Índios será só Palmeira, por que lá não é terra de índio. É de homens, empresários, comerciantes, fazendeiros e gente trabalhadora que fazem (sic) o progresso da região”. Essa afirmação é um exemplo da percepção dos indígenas como “oportunistas” interessados nas terras dos “fazendeiros que fazem aquela cidade progredir”<sup>41</sup>.

A partir de uma referência ao “mito” de fundação da cidade, o Deputado alegou que não existiam mais fundamentos para que o nome do município continuasse a referenciar os indígenas, pois a denominação foi escolhida porque no local existia uma palmeira onde dois índios namoravam, “só que um dia um outro índio com ciúmes matou os dois. Isso passou há muito tempo e não é coisa para a gente ficar lembrando. Então é hora de mudar o nome: risca índios e deixa só Palmeira”<sup>42</sup>.

Embora as imagens de exaltação tenham prevalecido ao longo da história de Palmeira dos Índios, quando os Xukuru-Kariri se mobilizam pela garantia de direitos, especificamente a posse da terra, o discurso de uma origem indígena que fundamenta a chamada “Taba Xucuru” é esquecido, substituído por um sentimento de repúdio à presença indígena e ao que ela

<sup>38</sup> DEMARCAÇÃO de terras em Palmeira vira discussão no Congresso Nacional. Cada minuto, Palmeira dos Índios, 06 abr. 2013. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>39</sup> Pronunciamento feito pelo Deputado Sérgio Toledo durante sessão da ALE realizada em 18 abr. 2013. Fonte: SILVA, Danielle. Deputados criticam demarcação de terras em Palmeira dos Índios. **Alagoas 24 horas**, Maceió, 18 abr. 2013. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>40</sup> Classificado pela FUNAI como “área emergencial” o território de 355,17 hectares que estava sob a posse do então Deputado Gervásio Raimundo foi comprado pelo órgão e passou a fazer parte do território da Aldeia Boqueirão. Para mais informações ver Silva Júnior (2013) e Peixoto (2013).

<sup>41</sup> Declaração proferida pelo Deputado Gervásio Raimundo. Fonte: ALE pode alterar o nome de Palmeira dos Índios. **O Jornal**, Maceió. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>42</sup> Idem.

supostamente representaria para a cidade. Os argumentos que predominam nesses momentos evidenciam que a utilização de referências aos indígenas é sustentada em uma prática de exploração da sua imagem e indiferença aos seus direitos, resultando em uma “história oficial” construída para atender aos interesses dos detentores do poder político e econômico municipal. Deste modo, as narrativas e perspectivas sobre o passado são passíveis de alterações, exaltando ou silenciando a presença indígena, de acordo com os interesses oligárquicos.

Percebemos na afirmação a amplitude do mito de Tilixi e Txiliá e as influências dos escritos de Luiz Barros Torres na construção de uma História Oficial de Palmeira dos Índios, na qual a narrativa foi apropriada como parte de uma ideologia dos grupos dominantes no município, oficializada a partir da adoção da lenda como base para a construção dos símbolos oficiais e como recurso didático nas escolas municipais, por exemplo. Consequentemente, tais narrativas são usadas para negar a fala dos indígenas quanto à sua própria trajetória (FERREIRA 2015). Posicionamentos como este fundamentam-se em dois princípios básicos de exclusão do povo Xukuru-Kariri; a associação a um passado inalcançável e mitológico e a negação do protagonismo e da presença indígena na atualidade.

Esse tipo de opinião, comum no município, é um dos efeitos negativos do trabalho realizado por Luiz Torres, cujo resultado foi a incorporação dos indígenas na história local como aspectos mitológicos e temporalmente distantes. Como consequência da mitificação e da associação ao passado local, o povo Xukuru-Kariri passou a ser visto como inerente à história do município; porém, como uma espécie de presença exótica celebrada em datas comemorativas, principalmente no Dia do Índio, em símbolos e representações estereotipadas que adornam locais públicos e nomeiam fachadas de comércios.

Tais homenagens, criadas, conforme vimos, a partir de representações moldadas por interesses dos grupos dominantes, resultam em práticas (CHARTIER, 1990) socialmente motivadas. Como consequência, as referências aos indígenas unicamente como personagens históricos ou mitológicos resultam em discursos que negam os direitos dos Xukuru-Kariri contemporâneos e mesmo contestam sua indianidade (OLIVEIRA, 1988), ou seja, sua identificação enquanto povo indígena. Assim organizadas, as representações funcionam como instrumentos de dominação e de fortalecimento de discursos a partir dos quais os grupos dominantes impõem ou fortalecem valores e interesses que são seus.

Um pronunciamento do advogado Ricardo Bezerra Vitória, durante uma audiência sobre a demarcação de terras e seus possíveis impactos, evidenciou a manipulação de informações e o uso de argumentos sobre a demarcação alicerçada no questionamento da identidade indígena e descaracterização desse povo. Em sua afirmação, fundamentou suas críticas em uma descrição da história do município e da relação entre o povo Xukuru-Kariri e a sociedade palmeirense. Procurou demonstrar que os indígenas chegaram à região depois dos não índios, no entanto, sua presença foi estabelecida na história local, inclusive no nome do município; “um nome que compromete a cidade, porque Palmeira não é dos índios é de todos<sup>43</sup>”.

Além das condenações ao trabalho da FUNAI, Vitória criticou a necessidade de demarcar terras em um município no qual, de acordo com sua análise, não havia indígenas vivendo em aldeia, pois todos trabalhavam e viviam “junto à comunidade”. Ainda segundo o advogado, em Palmeira dos Índios “não existe conflito de índio com branco nem de branco com índio, até porque não existe índio na nossa cidade, existe caboclo, mestiço, existem índios loiros [...], de olhos verdes e existe índio do cabelo ruim”. Discursos como este

---

<sup>43</sup> Pronunciamento durante audiência pública realizada em outubro de 2013 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Fonte: TV Senado. CRA - Debate mostra a situação das demarcações de terras indígenas no município de Palmeira dos Índios. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MBPCBmMsJo0>. Acesso em: 30 ago. 2022.

revelam características importantes da forma como os opositores negam a demarcação das terras indígenas no município.

As reações ao andamento do processo de demarcação evidenciam que o povo Xukuru-Kariri só é considerado uma peça fundamental na história da formação de Palmeira dos Índios enquanto sua presença é conveniente para os grupos dominantes, que a considera como um aspecto do folclore local. Em contrapartida, quando reivindicam a efetivação de direitos, como a posse da terra, são duramente criticados e transformados em “inimigos do progresso” palmeirense. Nesse contexto de folclorização do índio, o esquecimento opera disfarçado de rememoração (GAGNEBIN, 2014), apresentando representações imagéticas e narrativas dos indígenas como personagens subalternos na história local, figuras exóticas e secundárias servindo exclusivamente como aspecto curioso ou mesmo lúdico da fantasia sobre a identidade palmeirense.

#### **4. CONSIDERAÇÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES DO PASSADO XUKURU-KARIRI NA PRODUÇÃO DE LUIZ B. TORRES**

##### **4.1 Reflexões sobre a construção narrativa do passado palmeirense**

Diante das análises lançadas sobre os discursos múltiplos e os símbolos representativos (CHARTIER, 1990) envoltos no processo de criação de uma narrativa fundante de uma pretensa identidade regional (HALL, 2015) para Palmeira dos Índios, processo marcado pela oficialização da narrativa histórica produzida por Luiz Torres, com a adoção dos símbolos cívicos e da lenda fundacional, identificamos a necessidade de problematizar o discurso histórico palmeirense construído na segunda metade do século XX. Nesse sentido, julgamos igualmente necessário refletir a respeito dessas produções a partir de uma perspectiva crítica da tessitura de escritos de caráter histórico, tendo em vista a sua possível contribuição na tarefa de desnaturalizar esse discurso sobre o passado palmeirense, de modo a desconstruir estereótipos e combater silenciamentos e superar esquecimentos.

Apesar de o material fruto das pesquisas de Torres não poder, do ponto de visão acadêmico, ser considerado “produção científica acadêmica”, diante do uso de fontes documentais e do estilo de escrita de Torres, percebemos que suas narrativas adquiriram um ar de confiabilidade, aspectos resultantes, dentre outros fatores, da relação com a “realidade”, estabelecida pelas fontes utilizadas. Como exemplo podemos citar a narrativa fundacional produzida por Torres, a qual, conforme destacamos no capítulo anterior desse texto, foi produzida a partir de uma relação entre acontecimentos e ficção, prática perceptível em outras produções da obra do memorialista, cujo uso de fontes escritas e materiais<sup>44</sup> serviram como referência sustentadora de um discurso pretensamente factual em uma narrativa ficcional. Nesse sentido, a despeito desses dados, o uso de fontes diversas como base para seus escritos sobre a história local não reflete uma produção historiográfica. Nossa constatação se fundamenta nos preceitos analíticos de Carlo Ginzburg, para o qual

A idéia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes (GINZBURG, 2002, p. 44-45).

<sup>44</sup> Entre 1971 e 1973, Luiz Torres realizou escavações arqueológicas em diferentes áreas no município com o objetivo de encontrar vestígios materiais que comprovassem a ocupação histórica dos indígenas na região. Nessas incursões, o memorialista coordenou escavações em seis cemitérios indígenas e neles encontrou artefatos arqueológicos diversos, como várias urnas funerárias indígenas (igaçabas), conteúdo ossos humanos, colares, e diversos instrumentos manuais. Para mais informações ver (TEIXEIRA, 2012).

Conforme o autor, embora as fontes sejam importantes para a construção de narrativas de caráter histórico, não representam fragmentos explícitos do passado, portanto, não fornecem “provas” de eventos e sociedades estudadas. Esses “espelhos deformantes” aos quais chamamos de fontes são inegavelmente importantes e necessárias para o estudo e escrita sobre o passado, porém, tão importante quanto o acesso a tais “vestígios” talvez seja a percepção das intencionalidades inerentes à sua produção e reprodução (BACELLAR, 2008), bem como a forma como as estudamos; quais perguntas lhes fazemos e com quais intencionalidades, por exemplo (LE GOFF, 2003).

Nas produções históricas de Torres, por exemplo, existem poucas menções à aldeia Fazenda Canto e aos seus habitantes, a criação desse aldeamento, ocorrido em 1952, seja um importante marco para a história do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, tendo em vista que foi o primeiro aldeamento reconhecido após um período de quase 100 anos de suposto desaparecimento desse povo. Não obstante, em suas narrativas, o autor preferiu se dedicar à narração de um passado distante, reunindo fontes e as analisando de modo a narrar um passado glorioso, em detrimento das resistências e mobilizações dos indígenas que lhes eram contemporâneos, considerados incorporados, ou em vias de se incorporar, à sociedade envolvente.

Percebemos que a criação da Aldeia Fazenda Canto não representou o reconhecimento efetivo da existência de indígenas no município, tendo sido pouco considerada inclusive por Luiz Torres, que era considerado por muitos um aliado do povo Xukuru-Kariri (SOARES, 2020). Os jornais de época e documentos oficiais<sup>45</sup>, aos quais tivemos acesso, não fizeram nenhuma menção ao acontecimento, tampouco os memorialistas locais, a exemplo de Torres, se preocuparam em escrever sobre a criação da Aldeia. O reconhecimento oficial da etnicidade do povo não pareceu convencer a sociedade palmeirense, mesmo porque o pensamento difundido até as últimas décadas do século XX era o do inevitável desaparecimento dos povos indígenas (OLIVEIRA, 2016).

Nesse sentido, a escolha, hierarquização das fontes e a forma como são questionadas, ou não, moldam a percepção e os discursos sobre o passado, resultando em narrativas intencionais que privilegiam determinadas fontes, conteúdos e personagens, em detrimento do esquecimento e mesmo do silenciamento de outros. No caso da narrativa de Torres, conforme destacado anteriormente, a adoção da presença indígena enquanto elemento histórico e simbólico de Palmeira dos Índios foi construída pelo escritor como resultado de sua intenção de produzir uma historiografia local, nesse caso, a escolha das fontes e a metodologia aplicada em sua análise privilegiaram a “comprovação” da tese da origem indígena do município.

O desejo de narrar um processo “evolutivo” da história local, relatando o surgimento, crescimento e apogeu do município, resultou em um processo de seleção e trato das fontes que destacaram os indígenas como personagens importantes apenas nos primórdios e na gênese palmeirense. Destarte, as narrativas tenderam a descrevê-los como resquícios de um passado distante e, portanto, fadados ao desaparecimento. Destino muitas vezes percebido como natural, tendo em vista a concepção do processo de colonização e “integração” como avassalador, ou, no caso de invasores de territórios indígenas, como necessário. De qualquer maneira, percebemos que para uma oligarquia indiferente aos “Xukuru-Kariri reais” e seus problemas e reivindicações, o desfecho ideal seria o desaparecimento desse grupo e sua substituição pelos indígenas simbólicos de autoria de Luiz Torres.

---

<sup>45</sup> A primeira referência sobre a existência de indígenas no município nas Atas de Reunião da Câmara dos Vereadores de Palmeira dos Índios, por exemplo, ocorreu em 1963, quando foi sugerida uma Emenda à Proposta Orçamentária para o ano de 1964, prevendo a iluminação alguns povoados locais, dentre eles a “Fazenda Canto”. Fonte: Ata da 68ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 23/10/1963. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos Índios, Livro XIII, p. 33.

De tal modo, podemos lançar mão de outro mecanismo para pensarmos as produções do memorialista e suas contribuições para a historiográfica palmeirense: refletir sobre a relação sutil e delicada entre a narrativa histórica construída por Torres e seus usos para fundamentar uma pretensa identidade histórica local supostamente fundamentada na presença indígena, discurso que, conforme apontamos, varia de acordo com os interesses de membros da oligarquia local, evidenciando a disputa pelo controle do passado. Citamos como exemplo o caso de um monumento alusivo ao nome do município, representado na fotografia abaixo.

**Fotografia 04:** Monumento “Palmeira dos Índios” – 2008?



**Fonte:** acervo do GPHIAL.

Como podemos observar, a ideia do monumento era “materializar” o nome da cidade, entregando uma representação estrutural de uma palmeira ladeada por dois indígenas, uma referência que também pode ser associada à lenda de fundação e os símbolos nela inspirados, notadamente a bandeira e o brasão. Apensar de ter sido encomendado pelo poder público municipal, em 2008 a referida arte foi retirada de seu local de exposição e descartada, sendo substituída por uma estátua em homenagem ao escritor Graciliano Ramos<sup>46</sup>. A retirada<sup>47</sup> das esculturas e sua substituição por um “busto gigante” do referido romancista foi questionada por lideranças Xukuru-Kariri (SOARES, 2020), pois essa ação foi vista como uma estratégia utilizada para tentar negar a presença indígena na história e no cotidiano do município e assim deslegitimar o processo de demarcação territorial.

Ao considerar que o contexto no qual as estátuas foram retiradas correspondeu a um momento de tensões sobre a possível demarcação do território indígena, culminando na ação de políticos municipais e estaduais na tentativa de mudar o nome do município<sup>48</sup>, percebemos

<sup>46</sup> Natural do município alagoano de Quebrangulo, o escritor Graciliano Ramos morou grande parte de sua vida em Palmeira dos Índios, onde escreveu seu primeiro romance (Caetés), publicado em 1933. Ainda, atuou como prefeito do referido município entre os anos de 1928 e 1930. Devido a essa ligação, a memória do romancista costuma ser associada ao município, o qual conta inclusive, com um museu em sua homenagem, localizado na casa que fora sua residência.

<sup>47</sup> Ainda sobre o monumento em homenagem ao nome do Município, alguns indígenas e não indígenas que moram na cidade, relataram que as estátuas foram retiradas a mando de políticos locais, posseiros de terras situadas na área de demarcação. Após o descarte, as estátuas foram recolhidas do lixo pelo professor Jose Adelson Lopes Peixoto e colocadas em exposição no pátio de entrada da Universidade Estadual de Alagoas/UNEAL, no Campus III da instituição, localizado em Palmeira dos Índios.

<sup>48</sup> Além da mencionada tentativa do então Deputado Estadual Gervásio Raimundo, em 2003, de mudar o nome de Palmeira dos Índios, destacamos que neste mesmo ano o então Vereador José Clóvis Soares Leite colocou em votação uma indicação que previa um “apelo ao prefeito visando com urgência, realizar um plebiscito com a



que os atos objetivaram silenciar a presença indígena, de modo a negar direitos. Nesse sentido, as críticas dos indígenas não se fundamentam na defesa dos objetos em si, mas na sua ligação com o nome do município (SOARES, 2020), uma vez que esta é a mais antiga e difundida referência à presença histórica dos Xukuru-Kariri nas terras onde a cidade se formou.

A substituição da estátua alusiva ao nome do município, bem como a existência de outros monumentos e referências à uma “herança indígena” (PEIXOTO, 2013) evidenciam as disputas pela memória e escrita do passado local, uma vez que, conforme análise de Pierre Nora, embora os chamados “lugares de memória” se configurem como espaços celebrativos de uma narrativa que se objetiva rememorar, “é a História que de fato os legitimam e os fazem ser “lugares de Memória” (NORA, 1993, p. 13).

Portanto, embora os monumentos e lugares de memória sejam importantes para a disseminação e perpetuação do discurso histórico propagado em Palmeira dos Índios, a exemplo da estátua de Txiliá (fotografia 03), foi/é a narrativa escrita por Luiz Torres, apropriada por membros da elite local, a responsável pela legitimação da perspectiva romantizada e pessimista sobre o povo Xukuru-Kariri no referido município, cuja presença só é evidenciada e lembrada até o ponto em que não interfere nos interesses dos poderosos que detêm a posse ilegítima do território indígena, estando, portanto, em disputa territorial (SILVA, 2019).

Consequentemente, ao analisar os escritos de Torres e suas influências podemos fazê-lo a partir de duas formas distintas, porém complementares. Se de um lado, as representações imagéticas e esculturais devem ser vistas com olhar crítico e reflexivo sobre suas origens e finalidades, de outro, as representações existentes podem ser pensadas também como um meio de rememorar, mesmo que de forma romântica, a origem indígena da cidade, desse modo, assim como o nome do município, essas produções serviriam para lembrar a constante presença indígena na história e no cotidiano local, mesmo que de forma desconectada da realidade e cotidiano indígena, concepção adotada por algumas lideranças (SOARES, 2020).

Este posicionamento reflete a necessidade de ressignificar as representações existentes como forma de proporcionar visibilidade aos indígenas diante da negação e das tentativas de silenciamento utilizadas pela oligarquia local, pois, se a memória necessita de “suportes exteriores e de referências tangíveis” (NORA, 1993, p. 14) para não ser esquecida, se faz necessário não apenas questionar e ressignificar tais referências, mas também impedir que essas monumentalidades e “lugares de memória” sejam silenciados como uma tentativa de apagar a lembrança indígena que originalmente deveriam representar.

## **4.2 Desconstruindo estereótipos e repensando representações**

Conforme apontado, a exaltação dos indígenas enquanto personagens idealizados os representa tanto na forma de personagens puros e subservientes à ação catequética e ao avanço colonial, a exemplo dos nativos descritos na lenda de fundação (TORRES, 1973), quanto na de fortes guerreiros, símbolos da idealização de figuras míticas. No entanto, a exemplo do que pode ser observado na fotografia abaixo, produzida em meados do século XX, em um momento de resistências e mobilizações em busca de reconhecimento étnico (SILVA, 2019), tais idealizações, a exemplo da representação ilustrada na fotografia 03, diferiam/diferem dos indígenas históricos que habitam/resistem no município.

---

população palmeirense no sentido de viabilizar a mudança do atual nome do município [...], pois palmeira é de todos nós, e não só dos índios, [...]”. A indicação foi rejeitada pela Câmara, obtendo apenas o voto favorável do autor. Fonte: Ata da 34º, 35º, 36º, 37º e 38º Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 27/06/2003. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos Índios, Livro XXXVII, p. 166.

**Fotografia 04** – Indígenas Xukuru-Kariri - século XX



**Fonte:** acervo do GPHIAL.

A referida fotografia não possui data de produção ou legenda de identificação do autor, apenas uma referência à então recém-criada aldeia Fazenda Canto, primeiro aldeamento do povo Xukuru-Kariri, reconhecido após o período de extinção das terras indígenas em Alagoas<sup>49</sup>. A partir de leitura de textos sobre o evento, podemos apontar o período entre os anos de 1950 a 1960 como possível momento de produção, tendo vista a maior atuação política das lideranças presentes na imagem. A fotografia foi arquivada por Luiz Torres, colada em uma folha de papel A4, juntamente com outras 5 fotos apresentando os mesmos personagens, porém em poses diferentes e portando objetos como maracás, arcos e flechas.

Além das intencionalidades presentes nas poses e nos objetos presentes na imagem, percebemos, ao observar a imagem, que os Xukuru-Kariri contemporâneos de Luiz Torres não correspondiam ao ideal de nativo criado em suas narrativas e eternizados nos símbolos oficiais do município ou nas representações neles inspiradas. Desse modo, reafirmamos nossa percepção de que diante de um contexto de negação da presença indígena no cotidiano e de sua etnicidade, notadamente em períodos de acirramento das disputas fundiárias no município, as imagens folclóricas e romantizadas criadas por Torres, posteriormente apropriadas e ressignificadas por membros da elite local, contribuíram para a criação de uma visão idealizada dos Xukuru-Kariri, os quais foram/são alvo de comparação com representações como as das imagens presentes nesse texto.

A respeito dessa utilização de imagens e representações dos indígenas como um aspecto folclórico inerente à formação do município, em detrimento dos Xukuru-Kariri que resistiram/resistem e são protagonistas de sua história citamos a afirmação de uma importante liderança do referido povo<sup>50</sup>, a qual afirmou que tais construções compõem:

<sup>49</sup> No ano de 1872, em função da execução da Lei de Terras de 1850, o aldeamento dos Xukuru-Kariri localizado em Palmeira dos Índios foi extinto pelo poder provincial, como consequência, as terras foram consideradas devolutas e os indígenas delas expulsas. Desse período em diante houve um silenciamento oficial sobre os indígenas na região, considerados incorporados à sociedade envolvente. Somente em 1952, após mobilizações de lideranças e aliados, foram reconhecidos oficialmente como um povo indígena (SILVA JÚNIOR, 2013).

<sup>50</sup> O trecho citado faz parte de uma entrevista realizada com o indígena Tanawy de Souza Tenório, liderança política da aldeia Mata da Cafurna, território Xukuru-Kariri localizado em Palmeira dos Índios. Parte das informações obtidas foram utilizadas em outro estudo. Para mais informações ver (SOARES, 2020).

Uma história mentirosa. Uma coisa que não existe! Porque é a mesma coisa que aprender sobre mula sem cabeça, [...]. É folclórico... é uma coisa mentirosa porque são coisas que não existe. É uma falta de respeito à nossa cultura. Deixar de mostrar o que realmente é nosso, com a nossa autorização, [...]. Na realidade, a sociedade de Palmeira dos Índios, essa que faz essas coisas, é isso que elas querem pra os indígenas. É os indígenas do passado, lá no seu cantinho, calado. E que eles podem fazer o que eles quiserem e atacar e desfazer e a gente continuar calado. Mas a gente não aceita mais, a gente não aceita mais isso (TENÓRIO, 2018, informação verbal).

Essas afirmações evidenciam as críticas de lideranças às representações estereotipadas sobre a utilização de imagens e expressões socioculturais relacionadas ou associadas aos Xukuru-Kariri por membros da sociedade palmeirense na construção de uma narrativa folclórica que além de não contribuir para as mobilizações por direitos provoca a propagação e o fortalecimento de preconceitos e perspectivas estereotipadas sobre os indígenas. O entrevistado afirmou ainda que para a história, a qual poderíamos chamar de História Oficial do município, e para a sociedade palmeirense interessa somente a representação do índio obediente e relegado ao passado.

Tal afirmação tem como base crítica o interesse de parte da oligarquia político-econômica local em se apegar a representações mitológicas e desconectadas da situação sócio-histórica como forma de negar direitos reivindicados pelo referido povo. Essa relação ambígua entre exaltação e negação, reconhecimento e desprezo faz parte da própria característica paradoxal dos discursos que compõem a história oficializada em Palmeira dos Índios.

Na análise de Ferreira (2015), a base de sustentação da pretensa identidade palmeirense, a lenda de fundação da cidade, por exemplo, possuiu um caráter singular; não pode ser considerada como um mito, pois não foi fundada a partir de memórias, da oralidade e ou da tradição Xukuru-Kariri, nem pode ser tomada como um relato histórico, por não haver relação de verossimilhança entre a narrativa e os acontecimentos históricos. Segundo autor, trata-se de um relato literário que adquiriu o status de “versão oficial” para a gênese do povoamento de Palmeira dos Índios. Portanto, embora seja considerada parte importante da narrativa oficial, ensinada em escolas (PEIXOTO, 2013) e oficializada nos símbolos cívicos do município, a lenda de fundação, bem como os frutos de sua influência, deve ser questionada e problematizada a partir de problemáticas atuais, de modo a desnaturalizar estereótipos e perceber a presença dos indígenas “reais” (agentes históricos e políticos) no cotidiano local.

De modo semelhante à análise do referido professor, lideranças da atualidade não reconhecem essa narrativa ou os símbolos a ela associados como originária do seu povo ou como um relato presente em sua memória coletiva, tampouco a consideram como benéfica para as suas mobilizações por direitos. A folclorização é amplamente criticada pelo povo Xukuru-Kariri, principalmente por lideranças mais jovens que, com maior nível de escolarização, analisam de forma mais aprofundada as produções escritas dos não indígenas, formulando questionamentos sobre a “imagem” do índio no município (SOARES, 2020).

Percebemos que embora Luiz Torres tenha sido considerado um aliado da causa indígena, inclusive por lideranças Xukuru-Kariri com as quais mantinha contatos durante suas pesquisas<sup>51</sup>, ao ser responsável por dar visibilidade à presença indígena em um contexto no qual a regra era o silenciamento sobre a existência desse povo na região, sendo o nome do

<sup>51</sup> O escritor possuía uma aproximação com alguns indígenas aldeados na Aldeia Fazenda Canto. No entanto, essa relação não era uniforme, tendo em vista as várias famílias residentes nessa aldeia e os conflitos internos existentes no período, o que resultava no afastamento ou aproximação de determinado grupo à medida que os contatos eram estabelecidos com alguma liderança indígena, ou mesmo com os funcionários do órgão de assistência. Para mais informação ver Martins (1994).

município a única referência aos chamados “descendentes” de índios, então habitantes na aldeia Fazenda Canto, seus escritos e produções diversas contribuíram para a mitificação e, mesmo não sendo a intenção do escritor, contribuíram para a disseminação de estereótipos no município.

Nesse sentido, as críticas sobre as produções do escritor podem ser compreendidas como análises realizadas a partir das situações vivenciadas pelo povo Xukuru-Kariri na atualidade, pois “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” (HALBWACHS, 2013, p. 75-76). Como resultado dessa rememoração a partir de questionamentos e problemáticas surgidas na atualidade, alguns indígenas não percebem tais escritos como produtos de uma tentativa de os inserir na história local, mas como uma narrativa que referenciou um índio fantasioso e desconsiderou as situações de invasão territorial, perseguições e resistências, presentes em sua memória coletiva. Aspectos que podemos observar na fala abaixo<sup>52</sup>.

O Luiz Torres, ele se dizia ser amigo dos índios. Ele foi um cara que sempre andou aqui na Cafurna [aldeia Cafurna de Baixo], ele tinha uma relação, mas uma relação de esperteza. Se aproveitava da ingenuidade dos índios, na época... as dificuldades, principalmente. A ingenuidade, porque não tinha esse mesmo entendimento. [...]. Então assim, ele se chegava aqui dizendo ser amigo, mas era pra explorar o que os índios tinham, pra se dá bem com imagem do índio, com a história do índio, com os artefatos dos índios. Então assim, ele foi um cara que, assim, criou... prejudicou a nós com uma história diferente, porque ele contou no livro uma história que não é real, ele criou uma lenda; Tilixi e Txiliá, e a história dos povos indígenas não diz isso, é uma história... a história nossa é uma história de sofrimento, de perseguição, de derramamento de sangue (FERREIRA, 2018, informação verbal).

A partir da leitura do trecho acima, percebemos que as contestações dos escritos de Luiz Torres não devem ser fundamentadas apenas em críticas sobre a romantização e criação de narrativas romantizadas e de imagens idealizadas, mas também em relação aos silenciamentos e esquecimentos produzidos no processo de escrita do passado local. Nesse sentido, interessa refletir sobre quais elementos, discussões e personagens as narrativas privilegiadas pelo autor substituíram. De acordo com a fala citada acima, as narrativas fantasiosas tomaram o lugar da “verdadeira história” do povo Xukuru-Kariri, ou seja, uma história marcada por esbulhos territoriais, perseguições, resistências e mobilizações.

Portanto, ao analisar a historiografia palmeirense e a trajetória sócio-histórica do povo Xukuru-Kariri a partir do prisma dos problemas atuais percebemos a importância da urgente problematização dos discursos e narrativas de autoria de Luiz Torres, importantes em seu contexto de criação, porém transformadas em símbolo de uma história fantasiosa e, conseqüentemente, excludente. Destarte, devemos ir além da percepção dos símbolos cívicos e monumentos representativos dos indígenas, por exemplo, enquanto elementos representativos de discursos e memórias expressas em uma narrativa com ares de história oficial.

Nesse ponto, podemos retomar a discussão proposta por Pierre Nora (1993), com destaque para sua concepção de que as memórias e lugares de rememoração do passado carecem das narrativas históricas para se legitimarem e se perpetuarem ao longo do tempo. Analisando a história oficializada e os símbolos e escritos fundantes da pretensa identidade palmeirense a partir desse prisma, poderíamos propor não apenas uma problematização do passado e seus registros, mas uma (re)apropriação dessas memórias e “lugares de memória”, fundamentando-as em uma narrativa que considere de forma mais efetiva a participação

<sup>52</sup> O trecho citado faz parte de uma entrevista realizada com o indígena José Carlos Araújo Ferreira, liderança política da aldeia Cafurna de Baixo, território Xukuru-Kariri localizado em Palmeira dos Índios. Parte das informações obtidas foram utilizadas em outro estudo. Para mais informações ver (SOARES, 2020).

indígena, percebendo as expropriações territoriais, negações, silenciamentos e processos de mobilização e resistências.

Dessa forma, as questões a serem consideradas são: se as memórias, discursos e lugares de rememoração necessitam da história para os legitimar (NORA, 1993), porque os estudos atuais, aliados aos movimentos indígenas, não ressignificam esses lugares e narrativas, reorganizando as memórias que os dão significado, diminuindo esquecimentos, e os legitimando a partir de uma narrativa histórica mais inclusiva e conectada com a realidade? Acreditamos que a busca por possíveis respostas para os questionamentos apontados, aliada ao estudo dos contextos sócio-históricos de formação e produção escrita sobre o passado palmeirense pode contribuir para novas pesquisas acerca da presença indígena na história de Palmeira dos Índios e seus símbolos e narrativas, de modo possibilitar novas respostas e fomentar outras indagações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, buscamos analisar as variadas formas de representações sobre o povo indígena Xukuru-Kariri habitante no município de Palmeira dos Índios, discursos, textos e monumentos fundamentados nos estudos do destacado escritor Luiz de Barros Torres. Com tal exercício, buscamos compreender as motivações, interesses e simbologias que permearam o processo de construção de uma narrativa histórica sobre a gênese da cidade que destacou a presença indígena, porém o relegou a um passado distante, negando protagonismo, mobilizações e resistências cotidianas.

Analisamos os discursos de mitificação dos indígenas em diferentes conjunturas sócio históricas e políticas com o objetivo de compreender as motivações que propiciaram a utilização do índio como um símbolo identitário de um município cuja história é marcada por conflitos fundiários. Para tanto, foi necessário partir de uma breve reflexão sobre a “formação histórica” da cidade, procurando identificar a origem de tais conflitos, sem, no entanto, deixar de considerar e perceber os Xukuru-Kariri enquanto sujeitos ativos e partícipes nesse processo.

A partir da análise de fontes documentais e de escritos de Luiz de Barros Torres, na qual buscou-se evidenciar contextos, personagens e intencionalidades envoltas na construção de uma identidade pretensamente coletiva para o município, foi possível perceber a necessidade de criar uma narrativa histórica que delimitasse uma identidade singular para aquela sociedade, que experimentava um momento de destacado desenvolvimento econômico. Tal necessidade, motivou a utilização do índio como um símbolo da “identidade local”. Desse modo, aos moldes da literatura indianista do século XIX e de uma perspectiva tutelar e assimilacionista, hegemônica na primeira metade do século XX, os indígenas foram descritos como seres romantizados, ancestrais presentes na gênese do município, porém integrados à sociedade não indígena que se formou na região.

Ao analisar a atuação do escritor, observamos que seu interesse em representar o indígena na história do município, mesmo que de forma romantizada, foi motivado pela finalidade de criar uma “identidade própria” para Palmeira dos Índios. Como resultado, a oficialização da lenda fundacional, a partir da adoção dos símbolos criados pelo memorialista, por exemplo, possibilitou a disseminação de imagens distorcidas sobre os indígenas, as quais serviram para dar fundamentação ao nome do município e fundamentar a criação de uma identidade palmeirense alicerçada em um discurso sobre uma origem indígena.

Diante disso, pudemos perceber que esse tipo de visão foi resultante não apenas dos escritos romantizados produzidos por Luiz Torres, mas da ressignificação de tais representações no cotidiano local; utilizadas como modelos de etnicidade a partir do qual os

indígenas que reivindicam a posse do território deveriam ser avaliados. Destarte, a tecitura de uma narrativa histórica identitária com pretensões coletiva não pode ser considerada apenas como saldo dos anseios de Torres, uma vez que um dos fatores preponderantes para a oficialização de sua narrativa foi o interesse da oligarquia palmeirense em se apropriar das representações e discursos históricos a fim de fundamentar seus interesses econômicos, a exemplo do esforço para organizar e difundir uma atividade turística economicamente viável no município e de manter o domínio de territórios indígenas sob sua posse.

Percebendo as disputas pela memória e narrativa sobre o passado, nos dedicamos a analisar os símbolos, discursos e representações que foram oficializados pelo poder público, sendo escolhidos para descrever, definir e compor a “taba xucuru”. Aliado a tal reflexão, buscamos, a partir de reflexões e problematizações do referido discurso, contribuir para o necessário e complexo processo de desconstrução das representações estereotipadas sobre a presença do povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, propondo uma análise do passado local que, ao perceber o passado como um campo de disputas, evidencie efetivamente a presença indígena na região.

Este estudo se propôs a analisar os estudos do escritor Luiz de Barros Torres e sua contribuição para a construção e consolidação de uma narrativa histórica sobre o município de Palmeira dos Índios. Ainda, nossa análise buscou problematizar o lugar que foi reservado aos indígenas ao longo do processo de formação sócio histórica de Palmeira dos Índios, e na historiografia escrita sobre tal contexto, refletindo sobre as diversas formas de utilização de imagens romantizadas em meio a uma sociedade que exalta ou nega a sua presença, de acordo com a conjuntura e interesses.

As reflexões fundamentaram-se na bibliografia exposta no decorrer do texto e na análise de variados tipos de fontes, narrativas e escritos do memorialista Luiz de Barros Torres. Destacamos que este texto não reuniu todas as possíveis respostas às inquietações que motivaram a pesquisa, em alguns aspectos contribuiu para a formulação de novos questionamentos acerca do tema. Por fim, afirmamos que nosso objetivo não foi apresentar um estudo finalizado sobre as produções de Luiz Torres e a utilização de representações associadas ao povo Xukuru-Kariri no município, mas, refletir sobre a temática de modo a problematizar e estimular novas reflexões.

## **DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA**

Ata da 68º Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 3/10/1963. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos índios, Livro XIII, p. 33.

Ata da 34º, 35º, 36º, 37º e 38º Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 27/06/2003. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos índios, Livro XXXVII, p. 166.

Ata da 6º Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios. 14/03/1973. Disponível no Acervo da Câmara Legislativa de Palmeira dos índios, Livro XIX, p. 157.

ANTUNES, Clóvis. Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas: “os Chucurus de Palmeira dos Índios”. Tese ao Concurso de Catedrático do Magistério do Exército, 1965. (Datilografado).

BRANCO, José Delfim da Motta; TORRES, Luiz de Barros. Projeto da bandeira do município de Palmeira dos Índios. 1966. Disponível no acervo do GPHIAL

Escritura de doação de terras ao Frei Domingos de São José. 1713. Disponível no acervo do GPHIAL.

Escritura de venda das terras da sesmaria de Burgos. 1712. Disponível no acervo do GPHIAL.

Lei Municipal nº 691/68 que institui o hino oficial e os símbolos do Município de Palmeira dos Índios. 1968. Disponível no acervo do GPHIAL

Projeto “História Oral de Palmeira dos Índios”. Disponível no acervo do GPHIAL.

Mello, José de Maia. História da Palmeira. 1879? Disponível no acervo do GPHIAL.

TORRES, Luiz Byron Passos. Vida e obra do escritor Luiz B. Torres. 2003. Disponível no acervo do GPHIAL.

TORRES, Luiz de Barros. A terra de Tilixi e Txiliá: lenda de fundação da cidade de Palmeira dos Índios. 1971. Disponível no acervo do GPHIAL.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, Clóvis. Fazenda Canto: índios Chucurús, assistência do SPI, a Cáritas distribui alimentos – os índios Chucurús, tradição de Palmeiras e curiosidade para os turistas. **Jornal Juventude Palmeirense**. Palmeira dos Índios. Outubro de 1962, p. 6.

ANTUNES, Clóvis. **Wakona - Kariri - Xukuru: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas**. Maceió: Facepe UFAL, Imprensa Universitária, 1973.

ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas: documentário**. Maceió: Imprensa Universitária, 1984.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BARBOSA, Lourença Joyce Menezes. **Princesa ou modelo? Urbanização e o ideário progressista no Sertão de Alagoas, 1960-1969**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BARROS, Ivan Bezerra de. **Palmeira dos Índios: terra e gente**. Maceió: Academia maceioense de Letras, 1969.

DÓRIA, Siglia Zambrotti. **Resumo do relatório de identificação e delimitação da terra indígena Xukuru-Kariri**. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

FERREIRA, Cosme Rogério. Palmeira dos Índios: origem e identidade indígena. *In*: TENÓRIO, Douglas Apratto; COSTA, Jairo José Campos (Org.). **Alagoas: a herança indígena**. Arapiraca: EDUNEAL, 2015. p. 123-146.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica e prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil**. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MARTINS, Silvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em diferentes contextos situacionais**. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. O Desafio da História Indígena no Brasil. *In*: SILVA, Aracy Lopes da Silva; GRUPIONI, Luís D. Benzi (org.). **A Temática Indígena na Escola**. Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Grau. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: São Paulo, 1993. p. 7-28.

NORA, Pierre. **O lugar da memória**. Paris: Gallimard, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **“O nosso governo”**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.



PEIXOTO, Adelson Lopes; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos. Entre o ofício do historiador e o trabalho do memorialista: História, memória e usos do passado em Palmeira dos Índios a partir dos escritos de Luiz Barros Torres. *In*: PEIXOTO, José Adelson Lopes; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos. **História, imagem e memória de Palmeira dos Índios no acervo do GPHIAL**. Maceió, AL, Olyver, 2019.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2003.

PUJOU, Francine da Silva; COUTINHO, Renata Patrícia Corrêa. City Marketing, Aspectos Culturais e Relações Simbólicas na Construção da Imagem-Marca de Cidades. **Revista REU**, Sorocaba, SP, v. 45, n. 2, p. 359-371, dez. 2019.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2007.

ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.

SÁ, Edmilson Silva de. **Entre o efêmero e as marcas da vida: um olhar sobre o cotidiano de Palmeira dos Índios nos anos de 1960**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2008.

SILVA, Amanda Maria Antero da. **Xukuru-Kariri: Protagonismo indígena em Palmeira dos Índios/AL (1979-2013)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

SILVA, Edson. História Xukuru, história indígena no Nordeste: novas abordagens. **Revista Mnemosine**, Campina Grande, v. 1, n. 2, p. 64-83, jul./dez. 2010.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: Os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano**. Maceió: Edufal, 2013.

SILVA, Maria Viviane de Melo. **No escurinho do cinema, uma luz de moral cristã em palmeira dos Índios-al (1950-1970)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL (1968-2010)**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.

TEIXEIRA, Luana. **Para além da “pedra e caco”**: o patrimônio arqueológico e as igaçabas de Palmeira dos Índios, Alagoas. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

TORRES, Luiz de Barros. **A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos Índios séculos XVIII e XIX**. Maceió: IGASA, 1973.

TORRES, Luiz de Barros. **Os índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios**. 4. ed. ampliada e revisada. Palmeira dos Índios: ed. do autor, 1974.

TORRES, Luiz Byron Passos. **Vida e obra do escritor Luiz B. Torres**. 2003, não publicado. Disponível no acervo do GPHIAL.